

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – *CAMPUS* DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DA  
LEI 11.340 DE 2006**

**RENATA CÁSSIA NEVES SOUZA**

**RENATA CÁSSIA NEVES SOUZA**

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DA  
LEI 11.340 DE 2006**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Fundação  
Universidade Federal de Rondônia  
– *Campus* de Cacoal, como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Direito, sob a  
orientação do Professor  
Especialista Silverio dos Santos  
Oliveira.

---

SOUZA, R. C. N.

A violência doméstica contra a mulher sob a ótica da lei 11.340 de 2006/Renata Cássia Neves Souza – 2007.

VII, 89 f., enc.; 30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia - *Campus* de Cacoal, 2007.

Bibliografia: f. 87-89

I - Título

---

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR**

A acadêmica Renata Cássia Neves Souza desenvolveu o trabalho de conclusão de curso sobre o tema **A Violência Doméstica contra a Mulher sob a ótica da Lei 11.340 de 2006**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal, RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Destarte, a acadêmica está apta para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal, RO, 25 de agosto de 2007.

Silverio dos Santos Oliveira  
Professor Especialista Orientador

**RENATA CÁSSIA NEVES SOUZA**

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DA  
LEI 11.340 DE 2006**

**AVALIADORES**

Prof. Esp. Silverio dos Santos Oliveira – UNIR	-	Nota
Prof.	-	Nota
Prof.	-	Nota

---

Média

Dedico o presente trabalho a minha mãe  
pelo exemplo de honradez, retidão e amor  
ao próximo;  
Às mulheres que sofrem ou sofreram com  
drama da violência doméstica.

Agradeço a minha família por ser meu refúgio, pelo apoio incondicional e pelo grande incentivo;

Agradeço aos professores pela motivação, dedicação e exemplos profissionais, especialmente, ao Professor Silverio dos Santos Oliveira pelas orientações, respeito e apoio;

Agradeço a Professora Especialista Maria Lindomar dos Santos pela colaboração e estímulo;

Agradeço a Professora Claudinéia Duarte da Silva Gomes que me orientou no primeiro caminhar deste trabalho;

Agradeço ao Professor Fábio Henrique pelos esclarecimentos e colaboração na realização deste trabalho;

Agradeço aos amigos da Turma pelo respeito e ternura na convivência que, certamente, deixará saudades;

Agradeço aos amigos Claudia, Gustavo, Priscilla, Ronaldo, Selma, Simone e Vanessa por termos compartilhado nossas angústias, expectativas, progressos pessoais e profissionais;

Agradeço a Dr<sup>a</sup> Nadja Maria Pereira Ricardo pelas orientações e esclarecimentos que muito me auxiliaram;

Agradeço a Dr<sup>a</sup> Anita Érica Wessel Xander pelos esclarecimentos, análises e estudos que realizamos;

Agradeço aos servidores da DDMF – Delegacia de Defesa da Mulher e Família de Cacoal, Ro, pela dedicação, auxílio e respeito para com as mulheres vitimizadas pela violência doméstica e familiar e para com a elaboração desta pesquisa;

Agradeço a todas as pessoas com as quais posso compartilhar os meus desejos de justiça.

Violência contra as mulheres causa enorme sofrimento, deixa marcas nas famílias, afetando várias gerações, e empobrece as comunidades. Impede que as mulheres realizem suas potencialidades, limita o crescimento econômico e compromete o desenvolvimento. No que se refere à violência contra as mulheres, não há sociedades civilizadas.



## RESUMO

SOUZA, Renata Cássia Neves. A violência doméstica contra a mulher sob a ótica da Lei 11.340 de 2006, 89 folhas, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal, 2007.

Atualmente, a mulher vive uma fase de emancipação e inserção social, na qual vem alcançando espaços profissionais, rompendo paradigmas e adotando uma postura inovadora e ativa perante à sociedade, todavia, os índices de violência doméstica contra a mulher são assustadores e crescentes. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, no ano de 2001, constatou-se que a cada 15 segundos uma mulher é vítima de violência no Brasil, tendo como agressor: o marido, companheiro, ex-companheiro, ex-marido e namorado. Neste contexto, a violência doméstica contra a mulher é uma ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana, aos tratados e convenções internacionais e aos preceitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. Diante dessa problemática, o Estado brasileiro, para cumprir com os tratados internacionais em defesa da mulher, dos quais é signatário, fazer observar o disposto no § 8.º do artigo 226 da Constituição Federal de 1988, bem como atender aos anseios do movimento feminista, editou a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, denominada “Maria da Penha”. Analisar-se-ão os avanços da Lei 11.340/06 para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher. Nesses termos, o presente trabalho monográfico foi desenvolvido observando-se o método exploratório que contempla a evolução feminina. Assim, a atenção à problemática da violência doméstica contra a mulher e a aplicabilidade da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 são o objetivo central deste trabalho.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica. Mulher. Lei 11.340/06.

## ABSTRACT

SOUZA, Renata Cássia Neves. The domestic violence against the woman under the optics of the Law 11.340 of 2006, 89 leaves, Work of Conclusion of Course. Foundation Federal University of Rondônia - *Campus* of Cacoal, 2007.

Nowadays, the woman survives a phase of emancipation and social insertion, in which it is reaching professional spaces, break paradigms and society adopting an innovatory and active posture before, however, the rates of violence against the woman are frightening and growing. In inquiry carried out by the Foundation Perseu Abramo, in the year of 2001, it was noticed that to each 15 seconds a woman is it sacrifices of violence in Brazil and I tend towards like aggressor the husband, companion, ex-companion, ex-husband and boyfriends. In this context, the domestic violence against the woman is an insult to the beginning of the dignity of the human person, to the treaties and international conventions and to the precepts established by the Federal Constitution of 1988. Before this problematic, the Brazilian state, to be necessary with the international treaties in defense of the woman, of which he is signatories, to make observing the rule in §8 °, the article 226 of the Federal Constitution of 1988, as well as paying attention to the longings of the feminist movement, published the Law 11.340 of 07 of August of 2006, called "Maria da Penha". One will analyze the advancements of the Law 11.340/06 to prevent, to punish and to eradicate the domestic violence against the woman. In these terms, the present monographic work was developed when it is pointing out to him the exploitation method what contemplates the feminine evolution. So, the attention to the problematic of the domestic violence against the woman and the applicability of the Law 11.340 of 07 of August of 2006 are the central objective of this work.

**Key words:** Domestic violence. Woman. Law 11.340/06.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA MULHER .....</b>	<b>14</b>
2.1 AS MULHERES NO TEMPO DA HISTÓRIA .....	14
<b>3. DA VIOLÊNCIA .....</b>	<b>22</b>
3.1 DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER .....	22
3.2 DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	25
3.3 TIPOS DE VIOLÊNCIA .....	29
3.4 DOS SUJEITOS PASSIVO E ATIVO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA .....	32
3.4.1 O Perfil das Vítimas da Violência Doméstica .....	34
3.4.2 O Perfil do Agressor da Violência Doméstica .....	38
<b>4. DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA MULHER .....</b>	<b>42</b>
4.1 DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	42
4.2 DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER .....	45
4.2.1 Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW .....	47
4.2.2 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará .....	48
4.2.3 Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento .....	50
4.2.4 Conferência Mundial de Beijing .....	51
<b>5. A SITUAÇÃO DAS MULHERES VITIMIZADAS PERANTE A NORMA JURÍDICA.....</b>	<b>53</b>
5.1 POR QUÊ LEI MARIA DA PENHA? .....	53
5.1.1 Histórico do Trâmite perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos – OEA .....	55
5.1.2 Constitucionalidade da Lei 11.340/06 .....	57
5.1.3 A Proteção da Lei 11.340/06 .....	60
5.2 DOS AVANÇOS E DISCUSSÕES SOBRE A LEI 11.340/06.....	63
5.2.1 DOS ASPECTOS GERAIS .....	63
5.2.2 Do Atendimento Policial .....	66
5.2.3 Dos Procedimentos .....	67
5.2.4 Das Medidas Protetivas de Urgência .....	70
5.2.5 Da Atuação do Ministério Público .....	72
5.2.6 Da Assistência Judiciária e da Equipe Multidisciplinar .....	74
5.2.7 Das Disposições Transitórias .....	76
5.2.8 Das Disposições Finais .....	77

<b>6.CONCLUSÃO .....</b>	<b>84</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>90</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema mundial ligado à discriminação de gênero, intimamente relacionado aos papéis aprendidos e assimilados por homens e mulheres na sociedade patriarcal. Todavia, o efeito, é social, econômico e político.

Historicamente, a mulher representa um marco na resistência e na luta pelos direitos à igualdade e à liberdade; neste pensar, ao longo do tempo, vem conquistando espaços, tendo reconhecido direitos e derrubando paradigmas institucionalizados.

Neste contexto de lutas e vitórias das mulheres, torna-se difícil compreender o porquê dos índices crescentes de violência e discriminação. Além do mais, a violência doméstica contra a mulher, sentida nos âmbitos público e privado, destrói o mito da família protetora e feliz.

Ademais, a violência doméstica compreende mulheres – independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou condição social – e seus agressores. E embora seja uma prática corrente na sociedade, estudos e pesquisas a fim de entender seu fenômeno são pouco realizados e, por consequência, torna-se difícil encontrar dados recentes sobre esse tema. Geralmente, os dados obtidos das pesquisas são oriundos de instituições públicas, os quais não penetram o estrato social dos mais abastados.

Além disso, destaca-se que a presente pesquisa foi prejudicada no intuito de demonstrar a execução da Lei 11.340/06 pela ausência de dados estatísticos das instituições que tratam da mazela da violência doméstica, pois não possuem registros consistentes e efetivos desses delitos, que acabam sendo compilados de forma generalizada e deficitária.

Assim, o escopo deste trabalho é contribuir para o debate sobre o tema, na medida em que se propõe uma reflexão sobre a participação dos atores envolvidos no processo de

vitimização da mulher. Ademais, objetiva também demonstrar que a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, é um mecanismo capaz de coibir a violência doméstica contra a mulher, punir os agressores e promover a formação e reabilitação dos agentes. Para sua elaboração, utilizou-se o método exploratório, no intuito de se compreender o fenômeno da violência doméstica contra a mulher e de se buscar desmitificar os mitos segundo os quais as mulheres espancadas “gostam de apanhar”.

Neste contexto, vários tratados e convenções internacionais foram editados pelas Nações Unidas e pela Organização dos Estados Americanos, com o escopo de desenvolver mecanismos de defesa dos direitos da mulher, promover a igualdade de gênero e erradicar a violência contra a mulher.

Ademais, o Brasil, com a Constituição Federal de 1988, § 8.º do artigo 226, estabelece que é dever do Estado coibir a violência doméstica contra a mulher, bem como é de sua responsabilidade criar mecanismos de combate à violência no âmbito das relações familiares. Também, determinou-se que o Estado deve ser constituído com a observância dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Entretanto, a violência doméstica contra a mulher tem sido apresentada de maneira mais constante pelos meios de comunicação. Certamente, vários fatores contribuem para que isso ocorra, dentre eles: a ineficácia e insuficiência das políticas públicas apresentadas pelo Estado, a estrutura educacional dominada pela ideologia patriarcal e procedimentos judiciais inoperantes, tais como o adotado pela Lei 9.099/1995, que favoreceu a banalização da violência e impunidade.

Por essas razões, com o objetivo de coibir a violência doméstica contra a mulher, tratar com mais rigor punitivo o agressor da mulher vitimizada, confirmar a ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher e da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, cumprir as recomendações da OEA – Organização dos Estados Americanos e fazer observar o disposto no § 8.º do artigo 226 da Constituição Federal, foi instituída a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006.

## 2. HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DA MULHER

### 2.1. AS MULHERES NO TEMPO DA HISTÓRIA

A história das mulheres apresenta dificuldade de se estabelecer a cronologia. Na verdade, é um ponto de embaraços, entretanto, tem seus acontecimentos próprios, diferentes muitas vezes da história política, e mais relevantes no aspecto cultural, religioso, jurídico, biológico e técnico. Assim, as mudanças e evoluções passam pela descoberta médica (a cesariana ou a pílula), pela técnica (a máquina de costura ou máquina de escrever), dentre outras. Desses eventos, a livre contracepção é possivelmente o acontecimento mais importante e também o que mais interferiu nas relações entre os sexos e abalou a estrutura hierárquica existente<sup>1</sup>.

Nesse contexto histórico, os homens e mulheres vivem juntos os grandes acontecimentos e as rupturas e, freqüentemente, assimilam tais acontecimentos de formas distintas, o que afeta as relações entre eles<sup>2</sup>.

Na antiguidade, nascer mulher era considerada uma desvantagem para a família, pois a descendência familiar e o culto aos deuses dos antepassados se davam por meio da linhagem masculina<sup>3</sup>.

Nas *polis* gregas, as mulheres, os escravos e os bárbaros eram excluídos das decisões políticas e não eram considerados cidadãos. Concernente às mulheres, havia uma

---

<sup>1</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 141.

<sup>2</sup> *Idem, ibid.* p.141.

<sup>3</sup> SÉGUIN, Elida (Org.). **O Direito da mulher**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999, p. 10.

peculiaridade: em caso de crise aguda, quando a *polis* corria risco, poderiam intervir. Para Nicole Loraux, tal situação de *stasis* (sedição) era considerada uma catástrofe<sup>4</sup>.

Ademais, na Índia, o Código de Manu determinava que a mulher era escrava e durante sua vida estaria sempre submissa a alguém. Eis o que prescrevia esse códex:

Art. 415 – Uma mulher está sob a guarda do seu pai durante a infância, sob a guarda do seu marido durante a juventude, sob a guarda de seus filhos em sua velhice; ela não deve jamais conduzir-se à sua vontade<sup>5</sup>.

Na Idade Média, não havia modificação na condição da mulher quando admitida a trabalhar, pois jamais chegava a uma posição de destaque e, à vida inteira, era considerada uma aprendiz espoliada, quer na lida, quer pelos mestres, quer no lar. Todavia, os trabalhos artesanais estabeleceram uma nova relação entre a mulher e o trabalho, mais produtivo, mais autônoma, embora sem grande evolução cultural<sup>6</sup>.

Durante o movimento renascentista, os papéis de homens e mulheres foram contraditórios. As mulheres reforçaram-se e cobraram-se quanto aos deveres com a beleza e a exigência física da feminilidade<sup>7</sup>; pode-se observar essas características nas obras: Nascimento de Vênus, de Sandro Botticelli; Mona Lisa, de Leonardo da Vinci; O retrato de Dona Isabel de Portugal, de Ticiano, entre outros. Ademais, ocorreu uma maior acessibilidade ao saber. Aos homens, verificou-se, nesse período, a valorização da força e beleza, demonstrada pelos corpos robustos e musculosos em obras como Davi e a Criação de Adão, ambas de Michelangelo.

A Reforma Protestante foi favorável à instrução feminina, os saberes foram incentivados e as mulheres tiveram mais acesso aos textos bíblicos. Igualmente, na Contra-Reforma, movimento de reação e renovação da Igreja Católica, ameaçada em sua existência pela Reforma, essa instrução também foi valorizada<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> LORAUX, Nicole *apud* PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 151.

<sup>5</sup> SÉGUIN, Elida (Org.). **O Direito da mulher**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999, p. 115.

<sup>6</sup> *Idem, ibid.* p.115.

<sup>7</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 141.

<sup>8</sup> *Idem, ibid.* p. 91.



No Brasil, no período colonial, eram comuns as disputas pela posse das mulheres-menina entre os pais, pretendentes, noivos e outros. Assim, na casa grande, o quarto das filhas era localizado sempre no centro dos edifícios para evitar o perigo de rapto, pois até na Capitania de São Paulo o rapto era crime comum, praticado por homens de todas as condições sociais, forma de violência costumeira à época. Assim, a menina passava da submissão ao pai à submissão ao companheiro<sup>9</sup>.

No período da Reforma Protestante, ocorreu um fato notório que bem exemplifica a condição da mulher nessa época, qual seja, o rompimento do rei inglês, Henrique VIII, com a Igreja Católica. O monarca estava casado com Catarina de Aragão fazia 18 anos e tinham apenas uma filha. A rainha era princesa espanhola e tia de Carlos V, rei da Espanha e grande aliado do papa. Assim, Henrique VIII considerava-a um instrumento de política dentro da Inglaterra, pois temia que após sua morte a Espanha dominasse a Inglaterra, pois sua filha já estava prometida ao herdeiro do trono espanhol. Para evitar tal fato, teria que ter um filho homem, porém Catarina de Aragão havia se tornado estéril. Diante de tal situação, Henrique VIII decidiu separar-se e casar-se com Ana Bolena, sua amante. Solicitou, então, a anulação de seu casamento junto ao papa Clemente VII, que negou o ato anulatório, razão pela qual rompeu com a Igreja Católica e instituiu sua própria Igreja, a Anglicana<sup>10</sup>. Nesse contexto, verifica-se a mulher subjugada e dominada pelo homem, reduzida ao papel de reprodutora. Ressalte-se que Catarina de Aragão foi, pelo rei, repudiada por não poder cumprir essa função.

No século XVIII, aconteceu a Revolução Francesa, que apresentou como lema: a igualdade, liberdade e fraternidade, palavras de ordem gritadas pelos revolucionários que almejavam a queda do Antigo Regime.

Entretanto, a Revolução Francesa foi conflitante, pois o Universalismo da Declaração dos direitos do homem e do cidadão não trata verdadeiramente das mulheres – na qual não são consideradas sujeitos. Assim, a Revolução lhes outorgou direitos civis, tais como igualdade de sucessão, igualdade no ato civil do casamento que pressupõe seu livre consentimento, bem como a dissolução pelo divórcio e direito de gerenciar seus bens devido ao contrato de

---

<sup>9</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 150.

<sup>10</sup> MELLO, Leonel Itaussu Almeida; COSTA, Luís César Amad. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1999.

casamento, porém, nenhum direito político<sup>11</sup>. Assim, ocorre o reconhecimento de alguns direitos das mulheres, a ruptura de costumes tradicionais e da própria norma vigente. Todavia, em 1804, com a restauração do Regime, foi suprimido o direito ao divórcio e restabeleceu-se o paradigma do marido-pai, na plenitude do poder patriarcal<sup>12</sup>. Ademais, a Revolução Francesa elimina as mulheres do cenário político, pois não tinham direito ao voto e eram equiparadas aos cidadãos passivos, como os menores, os estrangeiros, os mais pobres e os loucos<sup>13</sup>.

Contudo, as conquistas políticas e legais das mulheres foram advindas do movimento feminista, bem como de lutas individuais que posteriormente se estenderam às demais. Neste sentido, na França, em 1899, foi necessária uma lei para autorizar Jeanne Chauvin a advogar, pois o uso da palavra pública – que estava intimamente relacionada à função do advogado – parecia rejeitável a uma mulher. Isso se tornou um grande acontecimento, tanto que o *Le Petit Journal illustré* dedicou sua página de 26 de dezembro de 1900 ao juramento solene de Sophine Balachowsky-Petit. Entre os anos de 1900 e 1917, formaram-se 18 advogadas, o que configurou uma lenta evolução. No ano de 1946, foi necessária outra lei a fim de que a magistratura fosse aberta às mulheres. Atualmente, as mulheres representam quase a metade do efetivo da magistratura francesa, sem que sua presença tenha modificado o exercício da profissão. Porém, muitas funções são pouco ocupadas por elas, tais como de presidente de câmara (13%) de mulheres e de procuradores (11,5%), conforme dados de 1.997<sup>14</sup>.

Outro acontecimento que provocou mudanças sociais referentes às mulheres foi a Primeira Guerra Mundial, evento de duração e intensidade dramática que se constituiu em um verdadeiro teste de diferença dos sexos. Primeiramente, a guerra reforçou a ordem dos sexos, pois aos homens competia a luta na frente de batalha e às mulheres, dar-lhes apoio, além de os substituírem nos trabalhos, cuidarem deles, esperar e chorar por eles. Neste contexto de guerra, elas ganharam independência e novas aprendizagens, como a administrar o dinheiro, tomar decisões e adquirir novos hábitos como o ato de fumar, considerado um ato masculino outrora<sup>15</sup>.

---

<sup>11</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 142.

<sup>12</sup> SAND *apud* PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 142.

<sup>13</sup> RIVIÈRE *apud* PERROT, *op. cit.* p. 142.

<sup>14</sup> PERROT, *op. cit.* p. 126.

<sup>15</sup> PERROT, *op. cit.* p. 144.

Assim, com o término da guerra, o homem retornou para um lar e para uma mulher que não conhecia e teve que aprender a lidar com tantas mudanças. Diante de tal contexto, Michelle Perrot afirma que:

[...] há uma vontade de restaurar a antiga ordem: nacional, com a *Chambre “bleu horizon”* (Câmara azul celeste), nacionalista e conservadora; e familiar. Os homens, quando retornam tentam recuperar suas prerrogativas: no trabalho, onde as mulheres muitas vezes devem ceder-lhes o lugar, no lar, onde os reencontros se mostram difíceis para os cônjuges que tinham ficado separados. Os divórcios tornam-se numerosos. Decididamente, nada mais será como antes<sup>16</sup>.

Durante os regimes totalitários – Nazismo, na Alemanha; Fascismo, na Itália; Franquismo, na Espanha e o regime de Vichy, na França – tentou-se restabelecer as coisas e os sexos aos seus lugares. Tais regimes fizeram distinção entre os sexos e estabeleceram uma estrutura de poder hierárquica, masculina e absoluta. O Führer e o chefe são homens. As mulheres são vítimas que, em nome da pureza racial, tiveram seus corpos violados, inicialmente com a política natalista e mais ainda com a esterilização forçada<sup>17</sup>.

Entretanto, após a Primeira Guerra Mundial, muitos países começaram a valorizar as mulheres com novos postos de trabalho e concederam o direito de voto, entre eles, o Brasil, que, no ano de 1932, estabeleceu o voto obrigatório para os homens e facultativo às mulheres.

Além disso, as mulheres eram incentivadas a buscar mais instrução. Assim, na França, podia-se ler em cartazes publicitários: “O senhor que não tem como dar dote para suas filhas? Mande-as para a Escola Pigier”. Tal mensagem teve efeitos positivos, uma vez que a pequena e a média burguesias sem dinheiro incentivavam suas filhas a buscar instrução e novos trabalhos<sup>18</sup>.

Ademais, nos anos subseqüentes, os governos totalitários tinham por objetivo a expansão territorial, militar e econômica que culminou com a Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, da qual participaram 58 países, dentre eles o Brasil. No entanto, no cenário nacional, compreendem-se as revistas femininas norteadas pelo Governo da época, que apregoava que:

---

<sup>16</sup>PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 144.

<sup>17</sup>*Idem, ibid*, p. 144.

<sup>18</sup>*Idem, ibid*, p. 124.

A desordem em um banheiro desperta no marido a vontade de tomar banho na rua. (Jornal das Moças, 1945)<sup>19</sup>.

A cozinha pode ser a causa do naufrágio de um lar... ou o seu levantamento. (Jornal das Moças, 1945)<sup>20</sup>.

Neste contexto, as revistas antigas também anunciavam que a mulher ideal era aquela carinhosa em casa e austera na rua, que deveria vestir-se depois do casamento com a mesma elegância de solteira. Além disso, em caso de infidelidade conjugal, a mulher deveria redobrar seus carinhos e provas de afeto para com o marido<sup>21</sup>.

Ademais, o Brasil pós-Segunda Guerra Mundial viveu um período de grande ascensão econômica, urbanização e industrialização, que propiciou novas possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres, sendo que a vida na cidade diminuiu as distâncias entre homens e mulheres e as práticas sociais do namoro sofreram modificações<sup>22</sup>.

Todavia, existia um padrão de família à época. Os homens deveriam possuir autoridade e poder sobre as mulheres, além da responsabilidade para com a manutenção da casa e da família. Às mulheres, idealizadas e femininas, a partir de papéis femininos tradicionais, caberiam as ocupações domésticas e o cuidado para com os filhos e com o marido. Assim, concretizava-se uma sociedade que valorizava as experiências sexuais masculinas e a restrição à sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional<sup>23</sup>.

Neste pensar, as atitudes ditas masculinas e femininas eram incentivadas e reproduzidas pela sociedade, conforme se observa da idéia expressa no Jornal das Moças, de 08 de junho de 1953:

[...] há brinquedos básicos que falam o idioma da humanidade inteira e para estes não há possibilidade de passar da moda nem da época [...] uma menina é uma pequena mãe, e uma boneca sempre terá guarida em seus braços [...] um menino estará sempre por aquilo que reclamam sua destreza desportiva [...] Uma pessoa que vai fazer um presente de um brinquedo [para uma criança] deve procurar o simples, o que responda ao natural instinto da criança...<sup>24</sup>

<sup>19</sup> COTRIM, Gilberto. **História para o Ensino Médio - Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.434-435.

<sup>20</sup> *Idem, ibid*, p.-435.

<sup>21</sup> *Idem, ibid*, p.434-435.

<sup>22</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 570.

<sup>23</sup> *Idem, ibid*, p.608.

<sup>24</sup> *Idem, ibid*, p.609.

Nas décadas de 1950 e 1960, a sociedade brasileira vivia um período de grande efervescência, desenvolvem-se o processo de industrialização e de urbanização acelerada, além da grande participação do capital estrangeiro na economia nacional e da mudança da composição dos blocos de poder nacional. Houve também as transformações na área cultural; os meios de comunicação de massa, mormente a televisão, interligam pessoas e grupos. Novos comportamentos no âmbito da sexualidade são promovidos com o uso da pílula anticoncepcional<sup>25</sup>.

Na década de 1970, época de grandes manifestações e movimentos, o feminismo luta pela emancipação e liberação das mulheres - *Women's Lib*, MLF, além da igualdade entre os sexos<sup>26</sup>.

Neste contexto, as mulheres se descobrem como seres atuantes e redescobrem seu corpo, seu sexo, o prazer, a amizade, o amor, a fraternidade e a homossexualidade.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos feministas mobilizaram a opinião pública para o problema da violência contra a mulher. Assim, saíram às ruas com gritos de luta e com versos: “Quem ama, não mata, não humilha, não maltrata!”. No ano de 1984, no julgamento do cantor Lindomar Castilho, que assassinou sua ex-mulher, Eliana de Grammont, em São Paulo, os fãs e defensores do agressor responderam ao movimento feminista com os refrões: “Mulher que bota chifre tem que virar sanduíche!”, “Mulher que pratica adultério tem de ir para o cemitério!”<sup>27</sup>.

Nas décadas de 1980 e 1990, a mulher ocupa postos de trabalho nunca alcançados anteriormente, mormente no setor terciário, que apresenta maior crescimento, admitindo cerca de 75% das mulheres ativas no mercado de trabalho. Entretanto, a maioria dos empregos ocupados por elas é marcado pela persistência de um caráter doméstico e feminino; assim, são valorizadas as características consideradas tipicamente femininas. Todavia, com a evolução

---

<sup>25</sup> DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 496.

<sup>26</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p.158.

<sup>27</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 78.

tecnológica, houve mudança na repartição sexual dos empregos, uma vez que consideram o trabalho mais técnico, mais solitário, mais masculino<sup>28</sup>.

Hodiernamente, a legislação de muitos países, principalmente do mundo ocidental, apresenta a igualdade formal entre homens e mulheres, no entanto, diariamente presenciamos casos de discriminação, violência e desigualdade; desta maneira, além da igualdade formal, clamam as mulheres pela igualdade substancial e real. Neste sentido, Michelle Perrot explica a situação das mulheres no ocidente, bem como suas fraquezas e avanços:

No mundo ocidental, a igualdade dos sexos, identificada tardiamente, tornou-se um princípio reconhecido, até pela Constituição européia. As mulheres tiveram acesso a muitos domínios do saber e do poder que lhe eram proibidos, inclusive militares e políticos. Conquistaram muitas liberdades. Principalmente a liberdade da contracepção, que é o ponto central da revolução sexual. Seu prazer não será contrariado. Entretanto, entre teoria e prática, muitos desvios subsistem. Assim, no acesso às responsabilidades, às profissões, à igualdade salarial etc. Há zonas que resistem: o religioso, o econômico, o político[...] <sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007, p. 168.

<sup>29</sup> PERROT, *op. cit.* p. 123.

### 3. DA VIOLÊNCIA

#### 3.1. DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Durante o século XX, principalmente, na segunda metade, os movimentos feministas intensificaram as lutas sociais e políticas. Assim, as mulheres começaram a ter consciência de sua sexualidade, avivaram a negação dos papéis determinados pela ideologia patriarcal e como fruto dos progressos feministas tiveram vários direitos humanos reconhecidos que propiciaram profundas mudanças na conduta dos diversos segmentos sociais em todo o mundo.

Com o término da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, diversos pactos e declarações foram publicados e estabeleceram a discriminação positiva dos direitos humanos das mulheres. Em 1948, foi publicada a Declaração Universal dos Direitos Humanos; desde então, o sistema patriarcal, fundamentado na força e poder do sexo masculino, é gradativamente discutido e questionado, e, nas legislações posteriores, são reconhecidas as características biológica, social e cultural dos seres humanos<sup>30</sup>. Essa Declaração, além de indicar formas de atuação dos Estados-parte com a finalidade de desenvolver a igualdade entre os sexos, trouxe mecanismos de combate à discriminação e à violência contra a mulher<sup>31</sup>.

Entretanto, embora tenha ocorrido um avanço na consolidação dos direitos da mulher no mundo, mormente, na sociedade ocidental, no início do século XXI, não se pode dizer que as mulheres conquistaram a verdadeira igualdade substancial e real perante os homens. Neste

---

<sup>30</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 35

<sup>31</sup> *Idem, ibid*, p. 35.

contexto, observa-se que o sexo masculino tem maior acessibilidade à educação sistemática, e a educação assistemática, ainda, procede-se de forma disparatada e preconceituosa, bem como o mercado de trabalho oferta empregos com melhor remuneração aos homens. Ademais, infelizmente, a violência contra a mulher continua a persistir no cotidiano da vida moderna; desta maneira, ainda há um grande caminho a ser percorrido <sup>32</sup>.

Diante de tal situação, o princípio da Dignidade Humana e do princípio da Igualdade tornaram-se basilares ao Ordenamento Jurídico, Político e Social do Brasil, quiçá, do mundo. Assim, o Estado brasileiro tem como preceito efetivar os direitos humanos das mulheres, orientar a igualdade de gêneros, buscando romper com estruturas enraizadas e incentivar que os espaços sejam ocupados e estabelecidos.

Neste sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, difundida como constituição cidadã, no artigo 5.º, inciso I, prevê que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição<sup>33</sup>.

Em oposição à evolução social e profissional da mulher, verifica-se, no século XXI, que há crescentes atos de violência que atingem milhares de mulheres em distintos estágios de desenvolvimento que causam prejuízos irreversíveis ao físico, ao psicológico e a sexualidade. Assim, com as ações violentas objetiva-se limitar e intimidar a mulher, tem-se que:

A violência, para Hannah Arendt, tem caráter instrumental e multiplica, pelos meios técnicos, a força. O que surge da violência não é o poder, mas a sua negação, da qual não brota o seu oposto. Em outras palavras, a violência não reconstrói dialeticamente o poder, paralisa-o e o aniquila. A violência encontrou na inovadora multiplicação dos seus meios técnicos, no século XX, o seu denominador comum: “[...] A violência tem sua raiz instigadora na frustração da faculdade de agir<sup>34</sup>”.

<sup>32</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. Violência doméstica - análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p.36.

<sup>33</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

<sup>34</sup> ARENDT, Hannah *apud* LAFER, Celso. **Hannah Arendt** - pensamento, persuasão e poder. 2ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 184.



Desta forma, a análise arendtiana da violência, como caráter instrumentalizador, favorece a compreensão da crescente violência contra a mulher, pois emancipada e moderna, a mulher destaca-se, em constante evolução e apropriando de si mesma, assim como de poder social, econômico, político e cultural. Tem-se a violência irradiando como forma de negar sua evolução e conquistas.

Nesta situação, a violência contra a mulher é conceituada por Piovesan e Pimentel, 2002, no CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women: Relatório Nacional Brasileiro: Protocolo facultativo, como:

A violência contra a mulher é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher, e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados<sup>35</sup>.

A violência contra a mulher, a violência doméstica e violência familiar são confundidas e tratadas pelo senso comum<sup>36</sup> como sinônimas, no entanto, a violência contra a mulher é gênero<sup>37</sup> e as demais são espécies. Além disso, o conceito de violência contra a mulher é mais abrangente, pois segundo o artigo 1º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulher, *in verbis*:

A expressão discriminação contra a mulher significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo<sup>38</sup>.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, que é fruto da luta feminista internacional para que os Estados-parte repudiassem a

<sup>35</sup> PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia (Coord). **CEDAW: Relatório nacional brasileiro: Protocolo facultativo**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

<sup>36</sup> Designa o conjunto de opiniões e valores que são correntes numa dada sociedade. Trata-se de um nível de conhecimento que é subjetivo, muito superficial, pouco crítico e não sistemático.

<sup>37</sup> A palavra gênero vem do latim e quer dizer classe ou espécie. Pode servir como categoria gramatical para designar se a palavra pode ser classificada em feminina, masculina e neutra. Há expressões como “gênero de vida”, como significado de um conjunto de atividades habituais; “gênero humano”, espécie humana, a humanidade; “fazer gênero” que pode ser interpretado como fingir o que não se está de acordo com a opinião ou o gosto de alguém, trecho extraído da obra: TELES. Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Na situação apresentada supra a palavra compreende classe.

<sup>38</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais**. Curitiba: Juruá, 2007, p.177.

violência contra a mulher, a determina nestes termos: “É qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito pública como no privado”<sup>39</sup>.

Neste contexto, a mulher recebe proteção contra a ofensa à dignidade humana que é caracterizada pela manifestação do “mito da superioridade masculina”, pela manifestação de poder rigidamente hierarquizada entre homens e mulheres que está arraigada em todos os setores sociais. Portanto, a erradicação da violência contra a mulher é essencial para que as sociedades obtenham um amplo desenvolvimento sócio-cultural e a tão prolata igualdade. Da mesma maneira, Piovesan e Pimentel afirmam que: “A eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida”<sup>40</sup>.

### 3.2. DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O lar, casa e família são termos que apresentam a idéia de segurança, afetividade e carinho, no entanto, a todo o momento sabe-se, por meio de pessoas próximas e conhecidas, e pelos meios de comunicações, de mulheres que são violadas e agredidas no local que deveria ser sinônimo de paz e felicidade.

Da mesma forma, o mito da família idealizada leva-nos a pensá-la como o lugar dos afetos e da harmonia, idealização esta associada a outros mitos, mormente, que a violência doméstica constitui um comportamento relativamente raro, além disso, que ocorre entre as famílias consideradas anormais ou de classes baixas com poucos recursos econômicos e que é praticada por indivíduos com perturbações psíquicas e de que se trata de um problema eminentemente privado, dentre outros<sup>41</sup>. Assim são as idéias propaladas por grande parcela da população; pode-se afirmar que o senso comum domina o pensar da população.

---

<sup>39</sup>SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher – Lei 11.340/06**: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.184.

<sup>40</sup> PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Sílvia (Coord). **CEDAW: Relatório nacional brasileiro: protocolo facultativo**. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

<sup>41</sup> PAGELOW *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica – análise da lei “Maria da Penha”**, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 48.

O vocábulo violência é composto pelo prefixo *vis*, força em latim. Sugere, em primeiro lugar, as idéias de vigor, potência ou impulso. A etimologia da palavra violência, porém, também traz ainda as idéias de excesso e de desmedida. Neste sentido, mais do que uma simples força, a violência pode ser compreendida como o próprio abuso da força. Violência vem do latim *violentia*, que significa caráter violento ou bravio. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que mais profundamente significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer a sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital<sup>42</sup>.

“As mulheres gostam de apanhar.” “Em brigas de marido e mulher não há que meter a colher.” Frases populares são repetidas a todo o momento, bem como justifica a violência doméstica contra a mulher como uma condição natural, admissível, além disso, incentiva a reprodução de tais atos; não tem que denunciar, não tem que tomar uma atitude. A sociedade é permissiva em relação à violência doméstica.

Desta maneira, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” – revela que a violência contra a mulher pode ocorrer no âmbito público como no privado. Concernente à violência doméstica contra a mulher que compreende, nos termos do artigo 2.º:

Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual [...]<sup>43</sup>

Ademais, a Violência Doméstica é reconhecida pela Constituição Federal que afirma, no parágrafo 8.º do artigo 226:

O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> RABENHORST *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da Lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 29.

<sup>43</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (Lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 165.

<sup>44</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

Para a recente Lei de proteção à mulher, denominada como Lei Maria da Penha, nos termos do artigo 5.º, tem-se o seguinte:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.<sup>45</sup>

Para Sérgio Ricardo de Souza, a violência doméstica compreende a seguinte definição:

O termo “violência doméstica” se apresenta com o mesmo significado de “violência familiar” ou ainda de “violência intrafamiliar”, circunscrevendo-se aos atos de maltrato desenvolvidos no âmbito domiciliar, residencial ou em relação a um lugar onde habite um grupo familiar, enfatizando prioritariamente, portanto, o aspecto espacial no qual se desenvolve a violência, não deixando expressa uma referência subjetiva, ou seja, e um conceito que não se ocupa do sujeito submetido à violência, entrando no seu âmbito não só a mulher, mas também qualquer outra pessoa integrante do núcleo familiar (principalmente mulheres, crianças, idosos, deficientes físicos ou deficientes mentais) que venha a sofrer agressões físicas ou psíquicas praticadas por outro membro do mesmo grupo. Trata-se de acepção que não prioriza o fenômeno da discriminação a que a mulher é submetida, dispensando a ela tratamento igualitário em relação aos demais membros do grupo familiar privado<sup>46</sup>.

Ademais, a violência doméstica é qualquer ação ou conduta empreendida por familiares ou pessoas que vivem na mesma casa e que cause morte, dano, sofrimento físico e psicológico à mulher. Além de representar uma das formas mais comuns de violência, também é uma das violações de direitos humanos<sup>47</sup>. Nestes termos, expresso no artigo 6.º da Lei

<sup>45</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006, p. 2.

<sup>46</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados Internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 35-36.

<sup>47</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 48.

11.340/2006: “ A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”<sup>48</sup>.

Neste sentido, pode-se dizer que a violência doméstica é a força, a violação, agressividade empregada dentro de casa, no lar, na família, na relação afetiva, contra a mulher.

Neste pensar, a Socióloga, Heleieth Saffioti assevera que o espaço doméstico compreende somente o espaço físico, como também o simbólico, o qual o homem imagina-se proprietário da mulher e sente-se no direito de limitar suas ações, assim procura impedir que a mulher se desvincule da relação afetiva, nestes dizeres:

Ao trabalhar com os conceitos de violência doméstica e violência intrafamiliar, traça um paralelo entre a organização de um galinheiro, no qual impera a “ordem das bicadas” e o galo mais forte enfrenta os rivais e domina as galinhas, e a organização das famílias, da estrutura de uma família patriarcal, na qual o homem adulto é o “chefe da casa”, paga as contas e define o destino da mulher e dos filhos. Ao comparar as duas estruturas, Saffioti traça distinções interessantes para que possamos compreender a violência doméstica. Ou seja, o território de cada galo é demarcado geograficamente. No primeiro caso, se uma galinha fugir o galo não a segue, pois ela deixa de pertencer ao território dele. Já para os seres humanos, o território é simbólico. Quando há uma separação, muitas vezes o homem passa a perseguir a mulher, ou seja, para ele a relação continua existindo, pelo menos simbolicamente, o que pode levá-lo a atos caracterizados como violência doméstica, ainda que praticados fora da residência da família. Dessa forma, o espaço onde se dá a violência doméstica é um território simbólico<sup>49</sup>.

Além de tudo, a violência doméstica trata-se de uma questão de saúde pública, assim explica Teles e Melo:

Estudos realizados no Brasil e em outros países mostram que as mulheres que vivem em situação de violência são freqüentadoras dos serviços públicos de saúde, conhecidas como políquelixosas, ou aquelas que sentem vários sintomas, dores e incômodos, difíceis de serem localizados, e que não conseguem nem explicar seus sofrimentos. São mais suscetíveis a sofrer de doenças pélvicas inflamatórias, gravidez indesejada, aborto, espontâneo, depressão, comportamentos obsessivo-compulsivo<sup>50</sup>.

Neste contexto, compreende-se que a violência doméstica interfere nos diversos aspectos da vida da pessoa agredida e violada, tais como, social, econômico, profissional,

<sup>48</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006, p. 1.

<sup>49</sup> SAFFIOTI *apud* TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 68.

<sup>50</sup> *Idem, ibid*, p. 152.

cultural, dentre outros. Pois, uma mulher agredida falta mais ao trabalho, é frequentadora dos serviços médicos que oneram o serviço público do Estado e também onera o bolso da pessoa agredida que tem que tomar medicamentos; muitas vezes, é impedida de crescer profissionalmente, além do grande prejuízo social, pois se isola das pessoas e do mundo.

### 3.3. TIPOS DE VIOLÊNCIA

A Lei 11.340/06, denominada de Lei Maria da Penha, que aumentou o rigor punitivo da violência contra a mulher e trouxe uma ampla abrangência das formas de violência, dispõe no artigo 5.º:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial<sup>51</sup>.

Além disso, o artigo 7.º, da Lei 11.340/06, prevê:

São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação;

III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV- a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os

---

<sup>51</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) . Acesso em 01 de setembro de 2006, 11 p.

destinados a satisfazer suas necessidades<sup>52</sup>. Ainda mais, é provocada pela dilapidação de bens materiais ou não de uma pessoa e causa danos, perdas destruição e outros<sup>53</sup>.

V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria<sup>54</sup>.

Neste sentido, pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará de 1994, os Estados-partes constituíram formas de discriminação positiva e meios para resguardar os direitos da mulher e erradicar quaisquer situações que possam afetá-las, assim convencionaram no artigo 2.º que:

[...] a violência contra a mulher inclui a violência física, sexual e psicológica: que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, o estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual: que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa que compreende, entre outros, violação, abuso, tortura, maus de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar do trabalho, bem como instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra<sup>55</sup>.

Percebe-se que a Lei Brasileira e os Tratados Internacionais preocuparam-se em conceituar os tipos de violência, bem como determinar condutas que considera violência doméstica, assim sanando várias dúvidas e provendo a aplicabilidade da Legislação. Além disso, esses tipos de violência são praticados contra a mulher com frequência no seio familiar e doméstico, também nos relacionamentos amorosos, nas relações de coabitação, nos relacionamentos extraconjugais, da mesma forma, no que se refere às empregadas domésticas.

Neste contexto, as distintas formas de violência apresentam algumas características, e-las:

- Violência Física compreende atos que agridem o físico, mediante o uso da força física ou utilizando instrumentos com o escopo de ofender a mulher em sua integridade ou a saúde corporal; podem ou não

<sup>52</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>53</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 49.

<sup>54</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>55</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher – lei 11.340/06**: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.184.

apresentar marcas aparentes. A violência verbal precede a violência física, mas normalmente dar-se-á concomitantemente<sup>56</sup>.

- Violência Psicológica compreende toda agressão que afete a psique da pessoa, deixando-a em estado de perturbação, angústia e instabilidade emocional. Por violência psicológica, entende-se agressão emocional (tão ou mais grave que a física). O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima, demonstrando prazer quando vê o outro se sentir amedrontado, inferiorizado e diminuído, configurando a *vis compulsiva*<sup>57</sup>. Esta violência é cruel e silenciosa, pois a mulher agredida, humilhada e subjugada, geralmente, não fala sobre tais atos, além disso, a sociedade é muito passiva em relação à violência psicológica, uma vez que não deixa marcas visíveis aos olhos. Da mesma forma, entende Rovinski (2004, p.8), “o maltrato físico é facilmente identificável e aceito socialmente como um prejuízo à mulher, o abuso não-físico ou psicológico não deixa marcas aparentes e, muitas vezes, é tão sutil que nem a própria vítima é capaz de reconhecê-lo”.<sup>58</sup>
- Violência Sexual é compreendida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual indesejada, utilizando de intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Agressões como essas provocam nas vítimas, não raras vezes, sentimento de culpa,

<sup>56</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 37.

<sup>57</sup> *Idem, ibid*, p. 37.

<sup>58</sup> ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004, p. 8.



vergonha e medo, o que as faz decidir, quase sempre, por ocultar o evento<sup>59</sup>.

- Violência patrimonial compreende qualquer conduta que consubstancie em retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos que seriam para satisfazer suas necessidades e da família, geralmente, é apresentada separada das demais, servindo, quase sempre, como meio para agredir, física ou psicologicamente, a vítima<sup>60</sup>.
- Violência moral compreende qualquer conduta que consista em calúnia (imputar à vítima fato criminoso sabidamente falso, artigo 138 do CP); difamação (imputar à vítima fato ofensivo à sua reputação, artigo 139 do CP) ou injúria (ofender a dignidade e o decoro da vítima, artigo 140 do CP)<sup>61</sup>.

Diante de tais formas de violência, a mulher torna-se um ser subjugado e inferiorizado, o que afeta o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade, mormente, seu próprio desenvolvimento, uma vez que a mulher agredida, violentada e humilhada acaba tendo suas potencialidades comprometidas, assim como sua capacidade de trabalho, sua relação na família com os filhos e demais familiares e em quaisquer lugares, pois a violência age em *loco* e atinge globalmente.

### 3.4. DOS SUJEITOS PASSIVO E ATIVO NA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A problemática da violência doméstica ou intrafamiliar é palco de constantes discussões e teorias, no entanto, ainda não é possível ter uma dimensão real das mulheres vitimizadas e seus agressores, especialmente, pela insuficiência de dados concretos que sejam capazes de fornecer números para estudar tal mazela.

---

<sup>59</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, 38.

<sup>60</sup> *Idem, ibid*, p. 38.

<sup>61</sup> *Idem, ibid*, p. 38.

A violência doméstica institucionalizou-se numa forma de criminalidade oculta, pois dados oficiais (inquéritos policiais, processos judiciais) não condizem com a verdadeira dimensão do problema, mulheres de todos os estratos sociais, culturais e econômicos são vitimizadas em todo país e em todo mundo<sup>62</sup>. Historicamente, chamava-se vítima, entre os povos primitivos, o animal dedicado a ser sacrificado para aplacar a ira divina ou oferecido em ação de graças pelos benefícios recebidos. O latim empregava, no primeiro caso, a palavra *hostia* e, no segundo, *victima*<sup>63</sup>.

No âmbito familiar e doméstico, a vítima da violência é sempre a parte hipossuficiente e fragilizada, quer por suas características físicas, quer por dependência afetiva ou econômica, ou seja, geralmente, crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Neste contexto, a sociedade é hierarquizada e discriminatória, valoriza a força, agressividade e as demonstrações de poder, características tipicamente masculinas, no entanto, destaca-se que o homem é educado para dominar e mandar, fortalecendo o “mito da superioridade masculina”.

Neste pensar, Cavalcanti entende que:

[...] a violência doméstica **não** tem como matriz as características pessoais do agressor e sim a própria estrutura social que ensina o homem a discriminar a mulher e este fato se reflete em todos os níveis, bem como nas relações familiares, sociais e trabalhistas<sup>64</sup>. (*grifou-se*)

Neste contexto, a violência de gênero pode ser compreendida como violência doméstica contra a mulher, expressão comumente utilizada pelos movimentos feministas. Assim, a violência de gênero entende-se como a relação de poder existente entre o sexo masculino e o sexo feminino. Os papéis sociais ensinados aos homens e as mulheres são solidificados e reafirmados ao longo do tempo que incentivam relações violentas entre os sexos, além de indicar que o fenômeno da violência contra a mulher não é natural, mas sim, fruto do processo socializador das pessoas<sup>65</sup>.

<sup>62</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 52.

<sup>63</sup> MASON *apud* OLIVEIRA, Edmundo. **Vitimologia e direito penal: o crime precipitado ou programado pela vítima**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 7.

<sup>64</sup> CAVALCANTI, *op. cit.* p. 35.

<sup>65</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 18.

Desta maneira, justificam-se as medidas afirmativas de proteção à mulher vitimizada e comumente discriminada na sociedade. Além disso, os Tratados e Convenções Internacionais são claros e enfáticos na tutela dos Direitos Humanos da Mulher. Assim, como uma forma de cumprir a determinação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará de 1994, o Estado brasileiro, em busca da efetivação dos direitos plenamente já reconhecidos, instituiu a Lei 11.340 de 2006, denominada de “Lei Maria da Penha”, que traz em seu bojo mecanismos de proteção e emancipação da mulher.

#### 3.4.1. O Perfil das Vítimas da Violência Doméstica

O IBGE <sup>66</sup> – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no final da década de 1980, verificou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorridas no âmbito doméstico ou familiar são mulheres. Desde então, diferentes estudos são realizados na tentativa de se constatar o número de mulheres agredidas, bem como suas características e dos agressores. Assim, analisa-se o grau de escolaridade, faixa etária, classe social, padrões comportamentais e outros.

Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou entrevistas com 2502 mulheres brasileiras distribuídas por amostragem, em grupos por idade, por área urbana e rural, em municípios de 24 estados. Os resultados indicaram que cerca de uma a cada cinco brasileiras (19%) declararam espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem: 16% relataram casos de violência física, 2% citaram alguma violência psíquica e 1% lembrou do assédio sexual. Além disso, quando incentivadas a falar sobre possíveis formas de agressão, o índice de violência sexual ultrapassa o dobro, obtendo a marca de 43%. Um terço das mulheres (33%) admite ter sido vítima, em algum momento de sua vida, de alguma forma de violência física, 27% sofreram violências psíquicas e 11% asseguram ter sofrido assédio sexual, e 57% declararam que não foram vítimas de quaisquer violências<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [www.ibge.gov.org](http://www.ibge.gov.org) -home page , com dados e textos sobre a população. Acesso em 07 de julho de 2006.

<sup>67</sup> ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 14.

No entanto, entre as formas de violência, as que mais se destacam são as agressões físicas mais brandas (tapas e empurrões), em 20% das mulheres, a violência psicológica como ofensas à conduta moral, em 18% das mulheres e as formas de ameaças indiretas (objetos quebrados e roupas rasgadas), em 15%. Concernente às agressões físicas de maior impacto, 11% das mulheres relataram ter sofrido espancamento que provocou cortes, marcas ou fraturas<sup>68</sup>.

De acordo com a pesquisa mencionada, dentre as que admitiram que foram espancadas nos últimos 12 (doze) meses, pode-se projetar que cerca de 2,1 milhões de mulheres brasileiras são espancadas por ano, no país, ou seja, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, ou, ainda, 4 (quatro) por minuto – uma a cada 15 segundos.<sup>69</sup>

Além destes dados vergonhosos, que demonstram a desonra e submissão da mulher, a pesquisa salienta outros dados importantes como o fato de mais da metade das mulheres vitimizadas não pedirem apoio. No entanto, quando ocorre o pedido, ele é realizado principalmente a outras mulheres próximas à vítima: mãe, irmã ou amiga. Todavia, os casos de denúncia ao Poder Público são raros e em casos de denúncia são referentes a ameaças à integridade física por arma de fogo (31%), espancamentos que produzem marcas, fraturas ou cortes (21%), e ameaça de espancamento à própria mulher e aos filhos (19%)<sup>70</sup>.

Concernente ao grau de escolaridade, estudos realizados demonstraram que mulheres com um nível de estudo mais baixo constituem um menor percentual; com efeito, 12% são analfabetas e 47,5% possuem até o Ensino Fundamental incompleto<sup>71</sup>. Ademais, referente à faixa etária das mulheres vitimizadas criminalmente, o quadro compreende desde a adolescente a mulheres na maturidade, ou seja, mulheres de 14 a 55 anos, das quais 81,8% apresentam rendimento pessoal de no máximo dois salários mínimos<sup>72</sup>.

Desta forma, tais dados parecem sair do senso comum e dos jargões populares “que somente as mulheres pobres é que apanham”, sabe-se que as mulheres das classes média e alta

<sup>68</sup> ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 14.

<sup>69</sup> *Idem, ibid*, p. 14.

<sup>70</sup> *Idem, ibid*, p. 15.

<sup>71</sup> LEMES *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica – Análise da lei “Maria da Penha”**, nº 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 65.

<sup>72</sup> ROVINSKI, *op. cit.* p. 165.

não denunciavam, uma vez que temem a repercussão dos fatos no seu grupo social e no local de trabalho.

Neste pensar, Rovinski afirma que se deve ter uma visão crítica sobre o problema da coleta de dados e orienta para que este achado seja relativizado, pois vários pesquisadores que trabalham com mulheres vitimizadas têm refletido se o baixo nível socioeconômico não estaria relacionado ao tipo de mulher vitimizada a que eles têm acesso em seus estudos. Ressalta-se, que geralmente os pesquisadores buscam as informações em Delegacias, Hospitais Públicos e Postos de Saúde localizados em bairros, sendo assim, é difícil ter uma real dimensão do problema<sup>73</sup>.

Ainda, nesta perspectiva, Rovinski observou, em pesquisa realizada, um subgrupo de mulheres vitimizadas:

As vítimas de maus-tratos domésticos são predominantemente mulheres brancas e com escolaridade de até oito anos de estudo, que se apresentam com idade mais elevada em relação às vítimas de violação sexual, e possuem relações estáveis com seus companheiros agressores por muitos anos (média de 6,03 anos), mesmo sofrendo vitimizações de intensidade moderada a excessiva<sup>74</sup>.

Dados estatísticos também relevam que no Brasil as vítimas de violência doméstica são: donas de casas (30,7%); comerciárias (6,3%); trabalhadoras da economia informal e profissionais liberais (5,7%); e funcionárias públicas (3,6%)<sup>75</sup>.

Na perspectiva dos padrões de comportamento que se exteriorizam com frequência nos casos de violência doméstica, tem-se que: a) a violência se manifesta de forma frequente, sendo um padrão de conduta continuado; b) os agressores são geralmente homens, maridos, ex-maridos, companheiros ou ex-companheiros das vítimas; c) os indivíduos que foram vítimas de maus-tratos na infância repetem as condutas vivenciadas anteriormente e, por isso, têm mais possibilidade de serem agressores ou vítimas; d) as agressões sofridas não são conhecidas até o decurso de um longo período; e) o crime doméstico se exprime como violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral; f) as vítimas possuem baixa auto-

---

<sup>73</sup>ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 165.

<sup>74</sup>*Idem, ibid*, p. 166.

<sup>75</sup>Diário do Congresso Nacional, relatório final da CPI destinada a investigar a questão da violência contra a mulher, 1993. Disponível em: [http:// www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em 12 de julho de 2007.

estima e vários problemas de saúde<sup>76</sup>; g) as vítimas vivem em estado de pânico e temerosa. Além disso, necessitam de ajuda externa para assumir seu problema e encontrar soluções alternativas<sup>77</sup>.

No município de Cacoal, Ro, foram pesquisados 20 casos<sup>78</sup> de violência contra a mulher, por amostragem, observando-se a faixa etária, estado civil, atividade laborativa, horário e local da vitimização. Dentre essas, 09 (nove) foram agredidas pelo companheiro atual, o que equivale a 45%; 06 (seis) declaram-se solteiras, dentre elas, 2 (duas) foram agredidas pelo ex-companheiro e 01 (uma) pelo atual namorado, e outras 05 (cinco) foram agredidas por outros, em circunstâncias diversas. Quanto ao local da vitimização, 75% foram agredidas nas suas casas, residências e 25% foram agredidas em outros locais.

Ademais, a faixa etária das mulheres vitimizadas é distinta, 15% corresponde dos 14 a 20 anos; 45% dos 21 a 30 anos; 15% dos 41 aos 60 anos e 5% compreende dos 61 a 80 anos.

A pesquisa também revelou que, das 09 (nove) mulheres vitimizadas pelo atual companheiro, 06 (seis) declararam que são donas de casa, o que corresponde a 66,6%; 2 (duas) dizem que exercem outras atividades profissionais, o que corresponde a 22,2% e 01 (uma) afirma que é estudante, o que corresponde a 11,1%. Concernente ao horário, 22,2% foram agredidas entre as 7h e as 14h e 59 minutos; 66,6% entre 15h as 22h e 59 min e 11,1% das 23 as 6h e 59 minutos.

Desta forma, verifica-se que a pesquisa local apresenta características semelhantes às pesquisas realizadas nacionalmente; além disso, demonstra que o fenômeno da violência doméstica é globalizado e complexo.

No contexto mundial, em estudo concretizado pela OMS – Organização Mundial de Saúde, em 2000, revelou-se que, em cada país onde estudos foram realizados, de 10% a 50% das mulheres relataram terem sofrido abusos físicos por parceiro íntimo alguma vez em suas

---

<sup>76</sup> GHELER *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 60.

<sup>77</sup> CEBALLOS *apud* CAVALCANTI, *op. cit.* p. 61.

<sup>78</sup> Os casos de violência contra mulher foram registrados na DDMF – Delegacia de Defesa da Mulher e Família de Cacoal, em Boletim de Ocorrência, no período de maio a dezembro do ano de 2006.

vidas e de 12% a 25% das mulheres sofreram ataques ou foram violentadas sexualmente por seus parceiros ou ex-parceiros em alguma ocasião de suas vidas <sup>79</sup>.

### 3.4.2. O Perfil do Agressor da Violência Doméstica

Historicamente, a violência doméstica, ou intrafamiliar, trata-se de uma violência de gênero<sup>80</sup> que compreende as diferenças entre os sexos, bem como a maneira como a sociedade valoriza e percebe os homens, pois eles sempre são estimulados a demonstrarem poder e força, e, certamente, qualquer um já ouvirá aquela frase propagada pelos “machões de plantão”; “*Homem não chora*”. Assim, são transmitidos tais conceitos e valores de gerações a gerações, também refletindo o pensamento da sociedade patriarcal.

Além disso, Stela Cavalcanti relata que o aspecto educacional é muito relevante na formação dos papéis desempenhados por homens e mulheres. Para ela,

[...] tais distinções refletem na forma de educar os meninos e meninas. Enquanto os meninos são incentivados a valorizar a agressividade, a força física, a ação, a dominação e a satisfazer seus desejos, inclusive os sexuais, as meninas são valorizadas pela beleza, delicadeza, sedução, submissão, dependência, sentimentalismo, passividade e o cuidado com os outros <sup>81</sup>.

Neste contexto, a grande vítima da violência doméstica é a mulher e o agressor (sujeito ativo), em sua maioria, é o homem, ademais, apresenta como característica dominante o fato de manter ou ter mantido relação afetiva com a vítima <sup>82</sup>. Ressalta-se que a violência doméstica cometida por mulheres é estatisticamente inexpressiva, correspondendo a 1% dos casos registrados<sup>83</sup>.

Igualmente, em pesquisa apresentada por Sonia Rovinski, extraída de sua experiência de Psicóloga em acompanhar mulheres vitimizadas de maus-tratos e violência, revela-se que

<sup>79</sup> Violência contra a Mulher. Disponível em: [www.boasaude.com](http://www.boasaude.com). Acesso em 02 de outubro de 2006.

<sup>80</sup> A sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram pólos de dominação e submissão. Impõe-se poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres, subordinando-as às necessidades pessoais e políticas dos homens, tornando-as dependentes.

<sup>81</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006.

<sup>82</sup> *Idem, ibid*, p. 68.

<sup>83</sup> *Idem, ibid*, p. 69.

“o relacionamento vítima e agressor apresenta dois núcleos predominantes: o de companheiro atual e o do desconhecido<sup>84</sup>”.

Nessa pesquisa, demonstra-se que a mulher agredida, geralmente, possui um vínculo afetivo com o agressor, pois 56,0% das mulheres vitimizadas foram agredidas pelo companheiro atual, 25,7% não conhecem seu agressor, 9,2% são agredidas por ex-parceiros e 8,2% por conhecidos<sup>85</sup>. Além disso, no que concerne às vítimas de maus-tratos domésticos, divide-se em categorias: companheiro atual 85,9%, ex-companheiro 12,7% e namorado 1,4%. Já as vítimas (73,7%) de violação sexual afirmam que não conhecem o agressor<sup>86</sup>.

Diante do aspecto vida e tempo entre agressor e vítima, destaca-se que as agressões sofridas tornaram-se periódicas, assim, o tempo médio encontrado foi de 6,03 anos de relação, sendo o mínimo de 1 ano e o máximo de 20 anos, mas o desvio padrão é de 5,35<sup>87</sup>.

A autora aponta outro aspecto investigado quanto ao uso de instrumentos por parte do agressor ao longo do processo. Os resultados demonstraram que o agressor geralmente não utiliza instrumentos durante a agressão, compreendendo 43,6%, entretanto, quando o faz utiliza-se de facas 26,4% e contundentes 20,0% que compreendem objetos da própria casa e a arma de fogo é empregada em 17,3% dos casos<sup>88</sup>. Nessa pesquisa, observa-se que as mulheres são vitimizadas por seus parceiros, com os quais elas se relacionam afetivamente e a violência é efetuada por meio da força física, uma vez que baseado nos laços de afeto e confiança não sofrem grande resistência ao se aproximarem.

Em relação à conduta do agressor, são apontados três grupos distintos: 1) o agressor apresenta característica anti-social e tendência a exercer atos com extrema violência sexual e física (5-8%); 2) o agressor apresenta característica de personalidade anti-social e tende a cometer atos como violência física e verbal, mas não violência sexual (30-40%); 3) o agressor

---

<sup>84</sup> ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 141.

<sup>85</sup> *Idem, ibid*, p. 141.

<sup>86</sup> *Idem, ibid*, p. 142.

<sup>87</sup> *Idem, ibid*, p. 142.

<sup>88</sup> *Idem, ibid*, p. 143.



que não apresenta um perfil psicológico marcado por abuso verbal e físico, porém em níveis menos severos que os outros grupos (52-65%)<sup>89</sup>.

Ademais, a Secretaria Especializada da Mulher, do Estado de Alagoas, apresentou dados obtidos pela Secretaria Coordenadora de Justiça e Defesa Social no que concerne ao perfil do agressor nos crimes de violência contra a mulher no período de 2000 a 2005. A mulher é agredida pelo cônjuge, ex-cônjuge, companheiro ou ex-companheiro da vítima. Geralmente, é alfabetizado, porém não possui grande instrução. É oriundo das classes mais baixas, apesar de existirem casos nas classes altas, cuja incidência é menor. Os agressores têm faixa etária que varia de 18 a 60 anos, mais comum os jovens. O trabalho por eles desenvolvido é bastante diversificado, são em sua maioria desempregados e trabalhadores eventuais<sup>90</sup>.

Nesta perspectiva, percebe-se que os agressores, em sua maioria, são provenientes das classes baixas, da mesma forma, suas vítimas, pois tais dados são colhidos em instituições públicas e as vítimas da violência doméstica provenientes das classes A e B buscam a proteção que o dinheiro lhes oferece, temendo a repercussão de tais fatos entre os familiares, grupo de amigos, no trabalho e outros. Portanto, mesmo com pesquisas estatísticas, ainda é difícil apontar as características do agressor, pois milhares e milhares de mulheres vitimizadas sofrem no manto do silêncio e não denunciam seus agressores.

No entanto, a inovadora Lei 11.340 de 2006 não se preocupou apenas com o aspecto punitivo do agressor, mas também com a reabilitação e formação deste, prevendo medidas educativas e de reabilitação do autor de violência doméstica contra a mulher.

Neste contexto, prevendo a recuperação e reeducação do agressor, o extinto Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo confirmou a necessidade de tais medidas, anteriores até mesmo à Lei, conforme se depreende do seguinte julgado: “o concubino que, em virtude de reiterada embriaguez, agrediu a companheira, embora faça jus, pela primariedade, a pena

---

<sup>89</sup> GONDOLF *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p.69.

<sup>90</sup> PASCHOA E GRANJA *apud* CAVALCANTI, *op. cit.* p. 71.

substitutiva, deve submeter-se a limitação de fim de semana, com atividades educativas antialcoólicas (TACrimSP, AC 745.969, rel. HAROLDO LUZ)<sup>91</sup>..

Neste pensar, Sérgio Ricardo de Souza afirma a necessidade das medidas voltadas à educação e reabilitação, além de confirmar que em outros países isso já ocorre:

Ademais, trata-se de uma experiência já aplicada com sucesso em outros países que se anteciparam na adoção de práticas que visam à eliminação da causa da violência, e não só do tratamento punitivo, até porque em muitas situações a pessoa agressora age em decorrência da formação familiar e da bagagem cultural que recebeu, sendo necessário fazê-la reconhecer que está agindo de modo errado e que precisa se reabilitar, aceitando novos conceitos e valores<sup>92</sup>.

Diante do exposto, verifica-se que a violência doméstica contra a mulher afeta a sociedade em sua gênese – a família, que deve propiciar a segurança e a formação sadia de seus membros; porém, convivendo com cenas diárias de violência, percebe-se sua desestrutura e a negação da família que cuida e protege.

---

<sup>91</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 146.

<sup>92</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 149.

## 4. DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA MULHER

### 4.1. DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*“A origem etimológica do termo dignidade compreende a expressão latina “dignitas” que significa respeitabilidade, prestígio, consideração e estima<sup>93</sup>” (grifou-se). Além disso, a dignidade da pessoa humana é conceituada e justificada em amplas dimensões, no entanto, abordar-se-á “o reconhecimento e proteção da dignidade da pessoa pelo Direito que resulta justamente de toda uma evolução do pensamento humano a respeito do que significa este ser humano e de que é a compreensão do que é ser pessoa e de quais os valores que lhes são inerentes<sup>94</sup>[...]”.*

Neste mesmo sentido, Rizzatto Nunes ensina que “dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica.”<sup>95</sup>

Nos dizeres do eminente doutrinador Ingo Wolfgang Sarlet, a dignidade da pessoa humana é:

A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano,

<sup>93</sup> LOFY, Willian. **A ação afirmativa e o respeito aos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana**. Disponível em [www.direitonet.com.br](http://www.direitonet.com.br). Acesso em 16 de julho de 2007.

<sup>94</sup> SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dimensões da dignidade** - ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 14.

<sup>95</sup> RIZZATTO, Nunes. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 46.

como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos<sup>96</sup>.

No entanto, faz-se necessária a distinção entre princípio e valor, uma vez que a própria doutrina vem utilizando os dois termos como se indicassem o mesmo conteúdo semântico, senão vejamos:<sup>97</sup>

Mas o fato é que, enquanto o valor é sempre um relativo, na medida em que “vale”, isto é, aponta para uma relação, o princípio se impõe como um absoluto, como algo que não comporta qualquer espécie de relativização [...] o valor sofre toda a influência de componente histórico, geográfico, pessoal, social, local, etc. e acaba se impondo mediante um comando de poder que estabelece regras de interpretação – jurídicas ou não. [...] O princípio, não. Uma vez constatado, impõe-se sem alternativa de variação<sup>98</sup>.

Desta forma, o Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana é considerado um “verdadeiro superprincípio”<sup>99</sup> abalizador dos demais princípios constitucionais; além disso, a própria sociedade brasileira deve ser edificada por tal princípio, nos termos do artigo 1.º, inciso III, da CF:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III – a dignidade da pessoa humana<sup>100</sup>.

Ademais, o Princípio da Dignidade Humana apresenta-se de forma implícita ou explícita no Ordenamento Jurídico Brasileiro, norteando todas as leis, bem como sua interpretação. Assim, não poderia ser diferente no que diz respeito à proteção da mulher vitimizada pela violência doméstica, todavia, destaca-se que, quanto a isso, apareceu de forma explícita, em norma específica. Eis o artigo 3º, *caput* da Lei 11.340/2006:

<sup>96</sup> SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dimensões da dignidade - ensaios de filosofia do direito e direito constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 37.

<sup>97</sup> RIZZATTO, Nunes. **O Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 5.

<sup>98</sup> *Idem, ibid*, p. 5.

<sup>99</sup> *Idem, ibid*, p. 50.

<sup>100</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

Serão assegurados às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à **dignidade**, ao respeito e à convivência familiar e comunitária<sup>101</sup>. (*grifou-se*).

Contudo, sob a égide do sistema anterior, no qual a maioria dos casos de violência doméstica era norteados pelo âmbito dos Juizados Especiais Criminais, por meio dos institutos da Lei 9.099/95, em duas ocasiões distintas, a vítima M. P. M. N. registrou na Delegacia de Polícia da Cidade de Aracruz, ES, agressões praticadas por seu “companheiro” A.R.C., sendo que no primeiro caso (vias de fato, artigo 21, do Código Penal), ocorrido em 03.10.2000, ocorreu a prescrição, antes mesmo que fosse realizada a audiência preliminar, nos termos da L. 9.099/95, artigos 69-76; no segundo caso, lesão corporal simples, artigo 129, caput, do Código Penal, ocorrido em 07.07.2001, encerrou-se com a renúncia da vítima, perante o juízo; todavia, quanto ao terceiro caso, ameaça, artigo 147, do Código Penal, ocorrido em 19.03.2002, não se alcançou uma decisão<sup>102</sup>, eis que:

[...] uma vez que a vítima não compareceu à audiência preliminar, tendo ainda mudado de endereço sem comunicação[...] considerando ainda que em outras ocasiões a mesma vítima quando instada em audiência preliminar a confirmar representações anteriores desistiu de prosseguir com o feito, em procedimentos diversos instaurados neste juízo, e por fim considerado que os inúmeros desentendimentos ocorridos entre o casal culminou com lamentável assassinato da vítima pelo ora representado<sup>103</sup>.

Neste contexto, observa-se que a Lei 11.340, de agosto de 2006, é um marco histórico na luta contra a violência doméstica, além disso, reafirma que esse tipo de violência é uma transgressão ao princípio da dignidade humana.

Assim, diante de momentos de bestialidade humana como o acima descrito, afirma Rizzatto Nunes que: É por isso que se torna necessário identificar a dignidade da pessoa humana como uma conquista da razão ético-jurídica, fruto da reação à história de atrocidades que, infelizmente, marca a experiência humana<sup>104</sup>.

Entretanto, pondera Pacheco Fiorillo:

<sup>101</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov..br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>102</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 31.

<sup>103</sup> Parte da decisão proferida nos Autos do Processo: JEC 582/02, da Comarca de Aracruz, ES, citado por: SOUZA, *op. cit.* p. 31.

<sup>104</sup> RIZZATTO, *op. cit.* p. 48.

[...] para começar a respeitar a dignidade da pessoa humana tem-se de assegurar concretamente os direitos sociais previstos no art. 6º da Carta Magna, que por sua vez está atrelada ao caput do art. 225, normas essas que garantem como direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à **segurança**, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma da Constituição, assim como direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida<sup>105</sup>.

Assim, compreende-se que os direitos sociais, da mesma maneira, os direitos fundamentais, estão incrustados e notadamente não há possibilidade do princípio da dignidade humana ser respeitado sem tais direitos implementados e efetivados.

Neste pensar, Rizzatto Nunes indaga:

[...] como é que se poderia imaginar que qualquer pessoa teria sua dignidade garantida se não lhe fosse assegurada saúde e educação? Se não lhe fosse garantida sadia qualidade de vida, como é que se poderia afirmar sua dignidade? Ou se permite violar sua intimidade, sua liberdade etc<sup>106</sup>.

Portanto, O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana é norteador e amplamente resguardado pelas convenções, conferências e pactos internacionais de proteção à mulher, tais como os abaixo mencionados.

## 4.2. DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

O Direito Internacional preocupa-se com o Homem, em todas as suas dimensões, quer seja cultural, quer seja social, quer seja econômica, dentre outras. Nesta ótica, a partir da Declaração Universal de 1948, foram realizados muitas convenções, pactos e conferências que visam à proteção do ser humano, na sua universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos.

<sup>105</sup> PACHECO FIORILLO *apud* RIZZATTO, Nunes. **O Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 51.

<sup>106</sup> *Idem, ibidem*, p. 51.

Esse primeiro momento de proteção dos Direitos humanos “foi marcado pela ótica da proteção geral, que expressava o temor da diferença (que no nazismo havia sido orientada para o extermínio), com base na igualdade formal”<sup>107</sup>.

Todavia, anteriormente a tal época, em 1919, institui-se a 1ª República Alemã de Weimar, que teve sua Constituição aprovada em 31 de julho do referido ano, a qual sofreu influência da Constituição Mexicana e dos efeitos devastadores da Primeira Guerra Mundial. Esse documento é considerado prodigioso e inovador, pois tratou de determinar as distinções entre diferenças e desigualdades: eis que diferença é de natureza biológica e não a dominação de uma pessoa em relação à outra; eis que as desigualdades são provenientes da arbitrariedade e das injustiças sociais, em que pessoas ou grupos são inferiorizados e subjugados<sup>108</sup>.

Contudo, hodiernamente, faz-se necessário um sistema especial de proteção que destaca o processo de especificação do sujeito de direito, o qual passa a ser analisado em suas particularidades e peculiaridades. Assim, determinados indivíduos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta mais específica; já o sistema geral de proteção tem por fim a salvaguarda dos direitos de toda e qualquer pessoa, em sua abstração e generalidade<sup>109</sup>.

Neste pensar, as mulheres devem ser reconhecidas em suas potencialidades, especificidades e peculiaridades de sua condição como ser social. De acordo com Piovesan, ao lado do direito à diferença, deve-se, mormente, ter assegurado o direito à diferença que implica no respeito à diversidade, bem como a um tratamento especial e necessário<sup>110</sup>.

Nesse contexto, de discriminação, hipossuficiência e dominação em que vivem as mulheres, nos mais distintos lugares do planeta, são alguns instrumentos de proteção dos direitos humanos das mulheres do Direito Internacional:

---

<sup>107</sup> PIOVESAN, Flávia. **A mulher e o debate sobre os direitos humanos no Brasil**. Revista Prática Jurídica. Ano V, n. 51, 30 de junho de 2006.

<sup>108</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 23.

<sup>109</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 88.

<sup>110</sup> PIOVESAN, Flávia. **A mulher e o debate sobre os direitos humanos no Brasil**. Revista Prática Jurídica. Ano V, n. 51, 30 de junho de 2006.

#### 4.2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW

Em 1975, foi realizada no México a I Conferência Mundial sobre a Mulher que culminou com a elaboração da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Dela, participaram 170 Estados-parte. Foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 34/180, em 18 de dezembro de 1979. No entanto, só foi assinada pelo Brasil em 31 de março de 1981, ratificada com reservas em 1.º de fevereiro de 1984 e entrou em vigor em 02 de março de 1984.

Além do Brasil, muitos países signatários ratificaram reservas nessa Convenção, especialmente, no que concerne à igualdade entre os gêneros. Assim,

Tais reservas foram justificadas com base em argumentos de ordem religiosa, cultural ou mesmo legal, havendo países como: Bangladesh e Egito que acusaram o Comitê sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher de praticar imperialismo cultural e intolerância religiosa, ao impor-lhes a visão de igualdade entre homens e mulheres, inclusive na família <sup>111</sup>.

Porém, no ano de 1994, como reflexo da Constituição Federal de 1988, que proclama a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o governo do Brasil retirou as reservas e ratificou de modo pleno referida Convenção, que foi aprovada pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo 26/1994 e promulgada pelo Presidente da República pelo Decreto 4.377/2002. Para alcançarmos a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a Convenção sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher reafirma, no seu preâmbulo, que “há necessidade de modificar o papel tradicional tanto dos homens como das mulheres na família e na sociedade” a fim de conseguirmos o pleno desenvolvimento social, econômico, cultural e político, e livre de quaisquer tipos de violências.

Neste contexto, a CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women fundamenta-se na dupla obrigação: 1. promover a igualdade formal e material entre os gêneros; 2. fomentar a não discriminação contra a mulher. Assim,

---

<sup>111</sup> PIOVESAN, Flávia. **A mulher e o debate sobre os direitos humanos no Brasil**. Revista Prática Jurídica . Ano V, n. 51, 30 de junho de 2006.



apresenta-se como primeiro instrumento voltado a salvaguardar as mulheres. Ainda, se propõe a adotar medidas afirmativas, que propiciem a erradicação das discriminações baseadas no gênero<sup>112</sup>. Ademais, tais medidas são reparadoras e temporárias, que buscam dirimir o padrão discriminatório e promover a proclamada “igualdade”.

Na 43ª Sessão da Comissão do Status da Mulher da ONU, em 12 de março de 1999, reconheceram o Protocolo Facultativo à Convenção dois mecanismos de monitoramento: 1. mecanismo de petição para encaminhamento das denúncias; 2. a adoção de procedimentos investigatórios para verificar violação aos direitos humanos das mulheres<sup>113</sup>.

Por fim, destaca-se que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi um marco na luta pelos Direitos Humanos das mulheres que, além de buscar a igualdade de gêneros, também busca romper com as famílias e as sociedades fundamentadas no poder patriarcal, hierárquico e discriminatório.

#### 4.2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, denominada Convenção de Belém do Pará de 1994, torna-se um instrumento que reconhece de forma relevante a violência doméstica contra a mulher. Desta forma, a Convenção define a “violência contra a mulher” como: “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado<sup>114</sup>.

Ademais, afirma essa Convenção que a violência doméstica contra a mulher pode ocorrer “[...] dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação afetiva, em

<sup>112</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 90.

<sup>113</sup> *Idem, ibid*, p. 90.

<sup>114</sup> Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, extraída de: CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 163-171.

que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher <sup>115</sup>[...]”

A partir da Convenção de Belém do Pará, os Estados-parte signatários procuram colocar em prática os preceitos da convenção como ações que propiciem a discriminação positiva, além da assistência à mulher atingida pela violência, dentre outras que visam a emancipação feminina. Neste sentido, surgem novos mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos das mulheres, destacando-se as petições à Comissão Interamericana de Direitos Humanos <sup>116</sup>.

Ainda mais, no preâmbulo da Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, demonstra-se que as mulheres de todos os quadrantes do planeta estão sujeitas a tal violência, pois afirma que “transcende a todos os setores da sociedade, independente de sua classe, raça ou grupo étnico, níveis de salário, cultura, nível educacional, idade ou religião, e afeta negativamente suas próprias bases” <sup>117</sup>.

Ademais, os Estados-parte compreendem a situação problemática na qual as mulheres estão inseridas. Assim,

[...] convieram em adotar sem demora, políticas destinadas a prevenir e erradicar a violência contra a mulher (artigo. 7). Isto significa que as partes estão obrigadas a assegurar que os agentes do Estado respeitem o direito da mulher a uma vida livre de violência e a agir com o devido zelo para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher (tanto na esfera pública como na privada), e que todas as vítimas da violência tenham acesso a procedimentos jurídicos justos e eficazes. Além de que as leis ou práticas jurídicas que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher devem ser abolidas <sup>118</sup>.

Neste contexto, compreende-se que a Lei 11.340 de 2006 adveio, especialmente, para ratificar a determinação da “Convenção de Belém do Pará”, pois se faziam necessários mecanismos legais que salvaguardassem a mulher e que prescrevessem a punição, bem como a reabilitação e educação do agente-agressor.

<sup>115</sup>SOUZA NUCCI *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

<sup>116</sup>CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 92.

<sup>117</sup>Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, extraída de: CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 163-171.

<sup>118</sup>HENKIN *apud* CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n.º 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006.

#### 4.2.3. Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento

A Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento, realizada entre 5 e 13 de setembro de 1994, teve a participação de 184 Estados-parte, os quais declararam que a mulher é detentora de direitos reprodutivos como direitos humanos. Da mesma forma, as Conferências Internacionais de Copenhague e Pequim ratificaram os direitos preconizados na Conferência Internacional do Cairo sobre População e Desenvolvimento.

Nessa Conferência, estabeleceram-se relevantes princípios de desenvolvimento e dos direitos reprodutivos das mulheres: a igualdade entre sexos; o empoderamento<sup>119</sup> da mulher; proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e eliminação de quaisquer formas de violência contra a mulher.

Assim, faz-se necessário distinguir os direitos reprodutivos dos direitos sexuais, que são interligados, mas não deve ser uma obrigação, mas sim, um direito a ser utilizado por homens e mulheres quando o desejarem.

Neste sentido, Piovesan assevera a distinção entre o conceito de direitos sexuais e reprodutivos:

De um lado, aponta a um campo da liberdade e da autodeterminação individual, o que compreende o livre exercício da sexualidade e de reprodução humana, sem discriminação, coerção e violência. Eis um terreno em que é fundamental o poder de decisão no controle da fecundidade. Consagra-se o direito de mulheres e homens de tomar suas decisões no campo da reprodução (o que compreende o direito de decidir livre e responsavelmente acerca da reprodução, do número de filhos e do intervalo entre seus nascimentos). Trata-se de direito de autodeterminação, privacidade, intimidade, liberdade e autonomia individual. Por outro lado, o efetivo exercício dos direitos reprodutivos demanda políticas públicas que assegurem a saúde sexual e reprodutiva<sup>120</sup>.

Entretanto, destaca-se que a Constituição da República de 1988 que é norteadada pelos princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana, anterior à Convenção, dispôs no artigo 226, § 7º:

---

<sup>119</sup> Empoderamento é um neologismo utilizado para designar a orientação política de tornar a mulher sujeito de seus atos, além de mais consciente de seu próprio valor.

<sup>120</sup> PIOVESAN, Flávia. A mulher e o debate sobre os direitos humanos no Brasil. Revista Prática Jurídica Ano V, n. 51, 30 de junho de 2006.

[...] o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas <sup>121</sup>.

Portanto, a Convenção Internacional do Cairo sobre População e desenvolvimento, pode-se considerar uma das reivindicações do movimento feminista que luta pelo desnudamento da sociedade para estereótipos<sup>122</sup> cristalizados.

#### 4.2.4. Conferência Mundial de Beijing

A IV Conferência Mundial da Mulher, denominada Conferência de Beijing de 1995, foi realizada pelas Nações Unidas, em Beijing na China. Assim, foi aprovada uma Declaração e uma Plataforma com o escopo de promover a igualdade, o desenvolvimento e a paz para todas as mulheres.

Referente à problemática da violência doméstica, estabeleceu-se que se fazem necessárias medidas punitivas, ações preventivas, bem como medidas protetoras que possam auxiliar a mulher vitimizada e sua família a se restabelecerem após o processo de vitimização, além disso, preocupou-se com o agressor prevendo a possibilidade de reabilitação.

Assim, após cinco anos da Conferência de Beijing, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou sessões sobre “A mulher no ano 2000: igualdade entre gêneros, desenvolvimento e paz para o século XXI”, denominadas de Beijing+5, que aconteceram em junho de 2000, na cidade de New York, EUA. Nesta, renovaram-se os compromissos sobre a igualdade entre os gêneros, bem como analisaram-se os avanços e retrocessos nos últimos anos no mundo.

Ademais, esses instrumentos são primordiais para garantir a proteção às mulheres que propiciaram a discussão dos problemas em todo mundo que lhes eram relacionados, além de

<sup>121</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

<sup>122</sup> Os estereótipos são construções mentais falsas, imagens e idéias de conteúdo alógico que estabelecem critérios socialmente falsificados; conceito extraído de LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1996.

cobrar medidas efetivas dos Estados-parte para a emancipação feminina de papéis pré-determinados <sup>123</sup>.

Por fim, as conferências, convenções, declarações, protocolo e outros instrumentos são verdadeiros marcos e gritos de liberdade na revolução feminina, de modo a modificar legislações e estimular vicissitudes arraigadas à sociedade.

---

<sup>123</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 95.

## **5. A SITUAÇÃO DAS MULHERES VITIMIZADAS PERANTE A NORMA JURÍDICA**

### **5.1. POR QUE LEI “MARIA DA PENHA”?**

Em 29 de maio de 1983, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes sofreu uma tentativa de homicídio por parte de seu marido, o economista Marco Antônio Heredia Viveiros, que atirou em suas costas com uma espingarda, cujo projétil atingiu a terceira e a quarta vértebras, deixando-a paraplégica.

O casal vivia uma relação violenta que compreendia agressões e ameaças praticadas pelo Sr. Heredia Vivieros contra a esposa e, da mesma forma, contra as três filhas do casal. Além disso, era considerado um homem de temperamento violento, sua agressividade impedia a vítima, por temor, de deflagrar qualquer iniciativa visando à separação do casal. Posteriormente à agressão, descobriu-se que o marido se envolvera na prática de delitos, era bígamo e tinha um filho no seu país de origem, Colômbia.

Ainda mais, duas semanas após o atentado, já em sua casa, a vítima sofreu nova tentativa de homicídio por parte de seu marido que desta vez tentou eletrocutá-la durante o banho, assim, compreendeu-se o motivo pelo qual há algum tempo ele utilizava o banheiro das filhas, tornando-se, evidente que ele era o agressor. Neste contexto, finalmente, Maria da Penha Maia Fernandes se separou.

No entanto, o Sr. Heredia Viveiros negava a autoria da primeira tentativa de homicídio, pois agiu de forma premeditada, registrando um BO – Boletim de Ocorrência, no qual simulava a ocorrência de um assalto a casa onde residia. Contudo, durante o processo investigatório foram apuradas várias provas que o incriminava e que fundamentaria a

denúncia, ofertada pelo Ministério Público, em 28 de setembro de 1984, perante a 1ª Vara Criminal de Fortaleza.

Alguns dados foram, aqui, decisivos. Primeiro, a prova testemunhal, constituída por empregados do casal, a ressaltar o gênio violento do marido. Segundo, a intenção deste em convencer a esposa a celebrar um contrato de seguro, além da transferência do veículo para o seu nome. E, por último, o encontro da espingarda utilizada na prática do crime, fato sempre negado pelo autor sob o fundamento de que não possuía qualquer espécie de arma de fogo <sup>124</sup>.

Contudo, somente em outubro de 1984, o Poder Judiciário de 1ª Instância considera a acusação e submete o acusado a julgamento perante o Tribunal do Júri, de onde saiu condenado a 10 anos de prisão, porém, a Defesa apelou no mesmo dia. A Justiça acolheu o recurso da Defesa e determinou novo julgamento. Neste segundo julgamento, em 15 de março de 1996, o acusado é condenado a dez anos e seis meses de prisão, porém, a Defesa interpôs novo recurso e também surgiram novos apelos aos tribunais superiores. Em 2002, quase 20 anos da prática do crime, finalmente, Marco Antonio Heredia Viveiros foi preso, no Rio Grande do Norte, lugar em que morava <sup>125</sup>.

Hodiernamente, Maria da Penha tem 62 anos de idade, completados em fevereiro de 2007, e é uma das coordenadoras da APAVV - Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas de Violência, que promove estudos, pesquisas e publicações no combate à violência doméstica contra a mulher, na cidade de Fortaleza, Ceará <sup>126</sup>.

Diante do exposto, Maria da Penha Maia Fernandes, mulher vitimizada pela violência doméstica e pela omissão do Estado Brasileiro, lutou e luta contra a impunidade e a violência contra a mulher, no âmbito nacional e internacional. Assim, mesmo o texto da Lei 11.340/06 não se referindo a essa mulher, é justa a denominação – Maria da Penha.

---

<sup>124</sup> MARIA DA PENHA *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 12.

<sup>125</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 32-34.

<sup>126</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 15.

### 5.1.1. Histórico do Trâmite perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA

Em 20 de agosto de 1998, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL, o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM e a vítima, Maria da Penha Maia Fernandes, formalizaram uma denúncia contra o Brasil à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que promoveu a publicação do Relatório 54/2001<sup>127</sup>.

Assim, o Relatório 54/2001 é considerado documento indispensável para compreensão da situação das mulheres vitimizadas pela violência doméstica no Brasil, mormente, pela triste, mas verdadeira comprovação de ter sido o Brasil omissos em relação a problemática da violência doméstica, bem como a adoção de medidas preventivas e repressivas contra o agressor de Maria da Penha Maia Fernandes, além de recomendar medidas mais eficazes e simplificadoras do sistema jurídico nacional a fim de efetivar a implementação dos direitos ratificados pelo Brasil na Convenção Americana e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Doméstica contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará<sup>128</sup>.

Deste modo, conclui-se:

[...] que o Estado violou os direitos e o cumprimento de seus deveres segundo o artigo 7º da Convenção de Belém do Pará em prejuízo da Senhora Fernandes, bem como em conexão com os artigos 1.º, 8.º e 25 da Convenção Americana e sua relação com o artigo 1.º da Convenção, por seus próprios atos omissos e tolerantes da violação infligida<sup>129</sup>.

Além disso, o Brasil se omitiu em responder a todas as indagações realizadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Nos anos de 1998, 1999 e 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos requereu informações ao Estado acerca do caso Maria da Penha, mas as respostas não vieram. Nesta conjuntura de inércia e ofensa ao princípio da dignidade humana, foi determinada a aplicação do artigo 39 do Regulamento da Comissão

<sup>127</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 13.

<sup>128</sup> *Idem*, *ibid*, p. 13.

<sup>129</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, citando Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos – Legislação e Jurisprudência – Anexo 1.



Interamericana de Direitos Humanos, nestes termos: “Com o propósito de que se presumisse serem verdadeiros os fatos relatados na denúncia, uma vez que haviam decorrido mais de 250 dias desde a transmissão da petição ao Brasil e este não havia apresentado observações sobre o caso”<sup>130</sup>.

Neste sentido, valendo-se do velho ditado segundo o qual *quem cala consente*, há que se falar que, diante da omissão, tem-se como verdadeiros os fatos da denúncia e a demonstração da inoperância e a forma como são tratadas as brasileiras que, além de agredidas pelos companheiros, também são agredidas pelo país.

De tal modo, em 2001, o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Estado brasileiro por omissão, negligência e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, além de fazer recomendações para serem efetivadas no lapso de um mês as ações cabíveis, mas, novamente, não se obteve resposta. Assim, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos resolveu tornar público o texto do relatório.

Neste contexto, os movimentos sociais de proteção à mulher, as organizações não governamentais brasileiras e estrangeiras, também as Secretarias em Defesa da Mulher, começaram uma análise da violência doméstica no Brasil, visando à elaboração de um texto de Lei que buscasse concretizar as convenções ratificadas. Ademais, o Poder Executivo apresentou o P.L. n. 4.559, no final de 2004, que foi resultado da discussão entre o Governo Brasileiro, a comunidade internacional, as organizações governamentais e não governamentais, além de mulheres vítimas de violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual nos lares brasileiros. O Projeto de Lei foi recebido e encaminhado ao Congresso Nacional, onde tramitou e foi aprovado primeiramente na Câmara e, no dia 4 de julho de 2006, no Senado Federal (PLC 37/06)<sup>131</sup>.

Finalmente, o Brasil teria uma Lei de Proteção à mulher, que aumentou o rigor punitivo dos seus agressores, estabeleceu medidas protetivas, além de preocupar-se com o agressor como agente capaz de transformação, pois determina ações educativas e reabilitação.

---

<sup>130</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 170.

<sup>131</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da Lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, 175.

A Lei 11.340/06 foi constituída para ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher e para fazer observar o disposto no § 8.º do artigo 226 da Constituição Federal que prevê: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”<sup>132</sup>.

Por fim, a Lei 11.340/06 foi publicada no Diário Oficial da União, de 8 de agosto de 2006, e entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, 45 dias após sua publicação, *vacatio legis*, consoante ao artigo 1.º da Lei de Introdução do Código Civil, ao artigo 132, *caput*, do Código Civil de 2002 e ao teor do § 1.º, do artigo 8.º da Lei Complementar 95/1998 <sup>133</sup>.

#### 5.1.2. Constitucionalidade da Lei 11.340/2006

A Lei 11.340/2006 vem sendo palco de constantes discussões entre doutrinadores, juristas e a sociedade, comumente, entre “os machões de plantão” que afirmam que se trata de uma lei discriminatória e feminista. Além disso, alegam que fere o princípio da igualdade, preconizado no artigo 5.º da Constituição Federal.

Entretanto, a realidade de muitas mulheres brasileiras é a discriminação, desigualdade e violência. Neste contexto, observa-se que:

[...] o Pernambuco é o estado brasileiro que apresenta os mais altos índices de violência contra a mulher: em 2003, foram assassinadas 263 mulheres, em 2004 esse número subiu para 269 e em 2005 registrou 290 assassinatos [...] desde que o ano de 2006 começou não houve um dia que o Pernambuco não tenha registrado o assassinato de uma mulher <sup>134</sup>.

Neste sentido, afirma o eminente magistrado, Sergio Ricardo de Souza que:

<sup>132</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

<sup>133</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 176.

<sup>134</sup> Lei vem para somar esforços. Jacira Melo em entrevista ao CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Disponível em: <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aapatriciagalvao/ml?x=433>. Acesso em: 29 de setembro de 2006.

É patente a desigualdade existente entre os gêneros masculino e feminino, pois as mulheres aparecem como a parte que sofre as discriminações e violências em índices consideravelmente maiores, não só pelas diferenças físicas, mas também culturais que envolvem o tema<sup>135</sup>[....].

Perante tal situação, a Lei 11.340/2006 visa à implementação dos direitos preconizados pela Constituição da República e pelos tratados internacionais de que o Estado brasileiro é signatário. Assim, para sanar quaisquer dúvidas acerca da Constitucionalidade desta lei, demonstra o preâmbulo:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar<sup>136</sup>.

Ainda mais, o Princípio da Igualdade não proíbe, ao contrário, incentiva o Legislador para que considere a necessidade e conveniência de estabelecer um tratamento distinto para implementar e efetivar a concretização dos valores justiça e igualdade que o Constituinte democrático consagrou na Constituição Federal<sup>137</sup>.

Neste pensar, Pedro Lenza ensina que o constituinte atende as diferenças, por exemplo, no que concerne à igualdade entre mulheres e homens em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal, destaca-se: O artigo 5.º, L, determina que “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”; o artigo 7.º, XVIII e XIX diferem “licença maternidade e paternidade”; o artigo 143, §§ 1.º e 2.º dispõem sobre o “serviço militar obrigatório”, dentre outros<sup>138</sup>.

Ademais, o legislador constituinte já promoveu leis infraconstitucionais em benefício do Trabalhador (CLT), da criança e do adolescente (Lei 8.069/1990), do Consumidor (Lei 8.078/1990), Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), dentre outras<sup>139</sup>.

<sup>135</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 38.

<sup>136</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>137</sup> SOUZA, *op. cit.* p. 38.

<sup>138</sup> LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 8 ed. ver. atual e ampl. São Paulo: Editora Método, 2005, p. 471 - 476.

<sup>139</sup> SOUZA, *op. cit.* p. 39.

Todavia, destaca-se que não buscamos, simplesmente, a igualdade formal, mas sim, a igualdade material, substancial e real, pela qual as mulheres tenham o acesso em condições de igualdade ao mercado de trabalho e remuneração, compartilhem do mesmo processo educativo em valores e condições; no entanto, faz-se necessário eliminar os modelos pré-determinados pela sociedade, da mulher submissa e dominada, e do homem dominador e conservador.

Assim, na busca por uma igualdade substancial, lembra-se o insigne jurista, Rui Barbosa, na obra *Oração aos Moços*, que se deve: “tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas desigualdades”.<sup>140</sup>

Em oposição à constitucionalidade da Lei 11.340/2006, tem-se:

Como se vê, a pretexto de proteger a mulher, numa pseudopostura politicamente correta, a nova legislação é visivelmente discriminatória no tratamento do homem e mulher, ao prever sanções a uma das partes do gênero humano, o homem, pessoa do sexo masculino, e proteção especial à outra componente humana, a mulher, pessoa do sexo feminino, sem reciprocidade, transformando o homem num cidadão de segunda categoria em relação ao sistema de proteção contra a violência doméstica, ao proteger especialmente a mulher, numa aparente formação de casta feminina<sup>141</sup>.

Contudo, apesar das discussões calorosas, quer dos “machões”, quer das “feministas”, não há como negar a necessidade de salvaguardar a mulher contra a violência doméstica, bem como os progressos na seara dos direitos humanos pelo Estado brasileiro, nos termos do artigo 6.º da Lei 11.340/2006: “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”<sup>142</sup>.

Por fim, o sistema geral de proteção tem por destinatário toda e qualquer pessoa, concebida em sua abstração e generalidade. Por sua vez, o sistema especial de proteção realça o processo de especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto de forma concreta e específica, pois determinados sujeitos de direitos, ou certas violações de direitos, exigem uma

<sup>140</sup> BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. Disponível em [www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com). Acesso em 02 de maio de 2007.

<sup>141</sup> FOLETO SANTIN *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 22.

<sup>142</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

resposta diferenciada. Vale dizer, importa o respeito à diversidade e a diferença, assegurando-se um tratamento especial<sup>143</sup>.

### 5.1.3.A Proteção da Lei 11.340/2006

O preâmbulo da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 dispõe que:

Cria mecanismos para coibir a violência contra a **mulher**, nos termos do § 8.º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências<sup>144</sup>. (*grifou-se*)

Neste contexto, a proteção da Lei destina-se a “coibir e prevenir a violência doméstica contra a mulher”. O Dicionário Aurélio apresenta a seguinte definição de mulher: “Mulher é pessoa do sexo feminino, depois da puberdade; esposa; dama; senhora.”

A mulher é tratada no âmbito da cultura Ocidental, mormente, da cultura brasileira. Assim, desde seu nascimento, a pessoa do sexo feminino é tratada e educada para aprender e permanecer no âmbito doméstico e familiar, mesmo com a evolução social e cultural das mulheres, pois, quando criança recebe presentes, tais como: boneca, utensílios de cozinha pequeninos, e outros, além disso nos contos e histórias infantis a mamãe sempre fica em casa e o papai sai para trabalhar. Neste contexto, incentiva-se a mulher à passividade, aos cuidados com o próximo, ou seja, à família e efetivamente à condição de dependentes.

Por outro lado, a pessoa do sexo masculino ao nascer é tratada e educada para ganhar força, autonomia e independência. Tal afirmação pode ser demonstrada em um simples exemplo: quando criança, recebe presentes, como: bola, carrinhos e, atualmente, vídeo-games com jogos de combates entre grupos oponentes. Neste contexto, percebe-se que a agressividade, agilidade e independência são valorizadas e estimuladas na formação do homem.

<sup>143</sup> FARIA e MELO *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 23.

<sup>144</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

Além disso, a violência muitas vezes é aplicada pelos homens como uma espécie de meio para sanar os conflitos. Assim, os papéis são ensinados e assimilados – a maneira como os meninos e meninas devem lidar com as emoções. Os meninos são ensinados a reprimir as manifestações de amor, carinho, afeto, amizade e incentivados a demonstrar outras, como raiva, força, agressividade e ciúme, desta maneira, essas manifestações são tão aceitas pela sociedade que acabam se tornando uma via para os atos insanos de violência <sup>145</sup>.

Neste pensar, Sérgio Ricardo de Souza ensina que tal postura de desrespeito, discriminatória e preconceituosa ocorre em várias culturas:

Na verdade não só no Brasil, mas igualmente em diversas outras culturas, ainda predomina um sentimento, em maior ou menor grau, de que a mulher goza de um status inferior ao do homem, sendo que isso se expressa em costumes, piadas, discriminações no âmbito trabalhista e até mesmo em letras de músicas, dentre outros, servindo para perpetuar o desrespeito continuado aos direitos humanos da mulher, enquanto membro da raça humana, merecendo destacar que reiteradamente têm caído os mitos que serviram para justificar por séculos essas atitudes discriminatórias <sup>146</sup>.

Diante de tal contexto, o qual apresenta a mulher como ser subjugado e inferior fez-se necessário reforçar os preceitos constitucionais por meio de uma norma infraconstitucional, a Lei 11.340/2006, que tece seu manto protetor sob a mulher.

Entretanto, deparam discussões acerca do transexual, se o manto protetor da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 ampara-o, ou não.

O transexual não se confunde com o homossexual, bissexual, intersexual ou mesmo com o travesti. O transexual é aquele que sofre uma dicotomia físico-psíquica, possuindo um sexo físico, distinto de sua conformação sexual psicológica. Nesse quadro, a cirurgia de mudança de sexo pode se apresentar como um modo necessário para a conformação do seu estado físico e psíquico <sup>147</sup>.

Neste mesmo pensar, Luiz Flávio Gomes e Aline Bianchini compreendem que a incidência da Lei deve ser da seguinte forma:

O sujeito passivo da violência deve necessariamente ser mulher (tanto quanto, por exemplo, no crime de estupro). Pessoas travestidas não são mulheres. Não se aplica no caso delas a lei nova (sim, as disposições legais outras do CP e do CPP). Em

<sup>145</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, 54.

<sup>146</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 42.

<sup>147</sup> CHAVES DE FARIAS e ROSENVALD *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 20.

caso de cirurgia transexual, desde que a pessoa tenha passado documentalmente a ser identificada como mulher, a exemplo da Roberta Close, terá incidência a Lei nova <sup>148</sup>.

Entretanto, apresentam as seguintes opiniões parafraseadas: na primeira, entende-se que o transexual, geneticamente, não é mulher e que somente passa a ter um órgão sexual em consonância com o feminino, mas descarta-se a proteção da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Na segunda, opinião considerada mais moderna, desde que a pessoa portadora de transexualismo modifique suas características sexuais por meio de cirurgia e de modo irreversível, deve-se encarar a mudança ocorrida; ressalte-se que a jurisprudência admite a retificação do registro civil. Também, há doutrinadores admitindo transexual vítima, em abstrato, do crime de estupro, mesmo nos termos do artigo 213 do Código Penal <sup>149</sup>.

Além disso, Rogério Greco explica que a mudança de sexo deve ocorrer mediante decisão judicial; ademais, deve refletir em todos os âmbitos da vida, nos seguintes termos:

Se existe alguma dúvida sobre a possibilidade de o legislador transformar um homem em uma mulher, isso não acontece quando estamos diante de uma decisão transitada em julgado. Se o Poder Judiciário, depois de cumprido o devido processo legal, determinar a modificação da condição sexual de alguém, tal fato deverá repercutir em todos os âmbitos de sua vida, inclusive o penal <sup>150</sup>.

Perante as discussões apresentadas, compreende-se que em virtude do transexual sofrer de uma dicotomia físico-psíquica, possuindo um sexo físico, distinto de sua conformação sexual psicológica, a cirurgia de mudança de sexo seria, realmente, o ajuste entre o corpo e mente, sendo necessário, não obstante, uma decisão judicial favorável, a fim de coibir atos insanos e imaturos. Nesse sentido, oportunas são as palavras de Rogério Greco, para quem: “cumprido o devido processo legal, determinado a modificação da condição sexual de alguém, tal fato deverá repercutir em todos os âmbitos de sua vida, inclusive o penal”. Assim, o transexual, após a cirurgia, deve receber a proteção da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006.

Ademais, a Lei salvaguarda a mulher, independente da orientação sexual dos envolvidos. Neste contexto, recebe proteção a mulher homossexual, quando vitimizada pela

<sup>148</sup> GOMES, Luiz Flávio; BIANCHII, Alice. Aspectos criminais da lei de violência contra a mulher. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em 15 de março de 2007.

<sup>149</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 21.

<sup>150</sup> *Idem, ibid*, p. 21.

parceira no âmbito familiar. Desta maneira, a Desembargadora Maria Berenice Dias, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, afirma:

No momento em que é afirmado que está sob o abrigo da lei a mulher, sem se distinguir sua orientação sexual, alcançam-se tanto lésbicas como travestis, transexuais e transgêneros que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio. Em todos esses relacionamentos, as situações de violência contra o gênero feminino justificam especial proteção<sup>151</sup>.

Desta forma, a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 é um marco histórico que visa à proteção da mulher para que ela se integre definitivamente à sociedade como ser atuante e respeitado; para que isso ocorresse, fez-se necessário, primeiramente, a promulgação da Lei em comento, bem como sua divulgação para que todas as mulheres conheçam seus direitos. Segundo, faz-se mister a real implementação da Lei pelo Estado por meio de políticas públicas e pela sociedade civil para que assim possamos afirmar que a mulher realmente possui uma proteção eficaz.

## 5.2. DOS AVANÇOS E DISCUSSÕES SOBRE A LEI 11.340 DE 07 DE AGOSTO DE 2006

### 5.2.1. DOS ASPECTOS GERAIS

Com o advento da Lei 11.340/06, o Estado brasileiro confirma sua preocupação e responsabilidade para com os direitos humanos das mulheres, além disso, atende as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos e ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Ademais, a Lei é bastante inovadora, uma vez que não trata simplesmente da repressão ao agressor, também estabelece medidas de proteção à mulher vitimada e sua família, estimula o restabelecimento do agressor, a valorização da mulher e busca um atendimento multidisciplinar dos atores envolvidos em situação de violência doméstica.

---

<sup>151</sup>MARIA BERENICE DIAS *apud* CUNHA e PINTO, *op. cit.* p. 31.



Ainda mais, o caput do artigo 5.º da Lei 11.340/06 conceitua violência doméstica e familiar como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. No entanto, a ação ou omissão compreende um lugar preceituado da seguinte forma:

- I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
  - II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
  - III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual <sup>152</sup>.

Neste pensar, a violência doméstica contra a mulher é compreendida nas diferentes formas de manifestação, tais como: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral, consoante o artigo 7.º da Lei 11.340/06. Entretanto, trata-se de mera exemplificação, outras condutas podem se enquadrar no contexto da violência doméstica contra a mulher <sup>153</sup>.

Além disso, o eminente magistrado Sérgio Ricardo de Souza ensina que:

O legislador preocupou-se inclusive em conceituar cada uma das espécies de violência e, embora isso formalmente seja questionável já que a conceituação é um papel típico da doutrina e não, da legislação, apresenta-se benéfico porque evita as discussões estéreis sobre o tema e facilita a aplicação <sup>154</sup>[...]

Ademais, a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2007 evidencia a educação como forma de prevenir a violência doméstica contra a mulher e a dirimir aos estereótipos determinados pela sociedade patriarcal, desta maneira, o artigo 8.º, inciso V, estabelece que:

[...] a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres <sup>155</sup>.

<sup>152</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov..br/ccivil\\_03/\\_ Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>153</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 52.

<sup>154</sup> *Idem, ibid*, p. 52.

<sup>155</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov..br/ccivil\\_03/\\_ Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

Igualmente, outros dispositivos possuem um caráter educativo, tais como o artigo 8.º, incisos VIII e IX, e artigo 45 que modificou a redação do artigo 152 da Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.

Ainda mais, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher compreende a assistência social, a qual inclui a mulher vitimada ao cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal; a assistência à saúde que abrange o acesso aos benefícios advindos do desenvolvimento científico e tecnológico, que inclui os serviços de contracepção de emergência, a prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA, além de outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual<sup>156</sup>, nos termos do artigo 9.º da Lei 11.340/06.

O mesmo dispositivo prevê no § 2.º, incisos I e II, “o acesso prioritário à remoção de servidora pública”, bem como “a manutenção do vínculo trabalhista”. Percebe-se um grande avanço do legislador, pois em caso de ser a mulher ofendida em estado de vulnerabilidade, o vínculo empregatício acaba se tornando um porto seguro para livrar-se da relação violenta já que não é dependente financeiramente do cônjuge ou companheiro agressor.

Neste sentido, Cunha e Pinto afirmam que foi uma das mais salutares intenções do legislador ao assegurar, em favor da mulher vítima de violência, a garantia de emprego, seja ele público ou privado. Desta feita, nos ensinam que os empregadores nem sempre toleravam os casos e circunstâncias de violência doméstica, nestes dizeres:

Com efeito, por conta das agressões que suporta e mesmo dos inconvenientes acarretados pelo homem junto ao seu local de trabalho (com a promoção de escândalos, desordens, perseguições etc), a mulher, não raras vezes, acaba perdendo seu vínculo empregatício, já que o empregador, mesmo o mais benevolente, chega um dado momento que não mais tolera essa espécie de incidente<sup>157</sup>.

Diante do exposto, a Lei 11.340 de 2006, denominada “Maria da Penha” propicia a sociedade uma nova perspectiva de justiça e isonomia, além de medidas que favoreçam a formação da população para que possam compreender a igualdade entre os gêneros.

## 5.2.2. Atendimento Policial

<sup>156</sup> *Ibid*, p. 3.

<sup>157</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 50.

O Título III, do Capítulo III, é composto pelos artigos 10, 11 e 12, que tratam do atendimento pela Autoridade Policial; nestes, é instituída maior responsabilidade aos policiais, uma vez que são agregadas novas atribuições e faz-se necessária grande sensibilidade para lidar e compreender a mulher vitimizada. Neste contexto, o artigo 10, da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, disciplina que:

Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida <sup>158</sup>.

Desta forma, verifica-se que a violência não é difícil de perceber, pois é analisada *a posteriori*, trata-se de fato consumado ou tentado, entretanto, a iminência de violência apresenta-se como uma figura difícil de determinar quando a autoridade policial estaria liberada a agir, exceto em situações que configure crimes dispostos em Lei, ou outras características similares, nas quais estejam evidenciada a real possibilidade de violência na ação subsequente do agressor, como geralmente ocorre em casos de abusos sexuais <sup>159</sup>. Além disso, o artigo 11 estabelece algumas providências cabíveis à autoridade policial, tais como:

- I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
- II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
- III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
- IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
- V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis <sup>160</sup>.

O artigo 12 determina os procedimentos que deverão ser realizados pela Autoridade Policial, após o registro da ocorrência, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

<sup>158</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>159</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 66.

<sup>160</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

- I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
- II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
- III – remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de outras medidas protetivas de urgência;
- IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;
- V – ouvir o agressor e as testemunhas;
- VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;
- VII – remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público <sup>161</sup>.

Ademais, estabelece que o pedido da ofendida será tomado a termo; além da autoridade policial, deverá anexar ao pedido o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis.

### 5.2.3. Dos Procedimentos

O Título IV, do Capítulo I, trata do Procedimento que deve ser adotado. O artigo 13 prevê que, para os crimes de violência doméstica contra a mulher, serão utilizadas as normas dos Códigos de Processo Penal, Processo Civil, além da legislação específica concernente à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o determinado na Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Neste sentido, acredita-se que a referida Lei vem se somar aos mecanismos de proteção contra a violência doméstica e familiar já presentes em outras leis, principalmente, aquelas que protegem os direitos sociais de minorias <sup>162</sup>.

Ainda mais, o Legislador determinou com sapiência e clareza que os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher são órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, e deverá ser compartilhada a responsabilidade com a União, o Distrito Federal, Territórios, e pelos Estados. Esses Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher favorecerá a prestação jurisdicional mais célere e justa, pois os casos

<sup>161</sup>SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 4.

<sup>162</sup> *Idem, ibid*, 2007, p. 85.

de mesma natureza facilitarão a prolação da sentença pelo magistrado, mas não se trata de engessamento da sentença, sem atentar as peculiaridades.

Neste contexto, o iminente magistrado Sérgio Ricardo de Souza ensina que:

Esses Juizados possuem competência tanto criminal quando cível, mas não predominantemente integrantes dos chamados juízos criminais. A opção por criar um Juizado com uma gama de competências tão ampla está vinculada à idéia de proteção integral à mulher vítima de violência doméstica e familiar, de forma a facilitar o acesso dela à Justiça, bem como possibilitar que o juiz da causa tenha uma visão integral de todos os aspectos que a envolvem, evitando adotar medidas contraditórias entre si, como ocorre no sistema tradicional, onde a adoção de medidas criminais contra o agressor são da competência do Juiz Criminal, enquanto que aquelas inerentes ao vínculo conjugal é da competência, em regra, do Juiz de Família <sup>163</sup>.

Também neste capítulo, o artigo 15 determina que:

É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

- I – do seu domicílio ou de sua residência;
- II – do lugar do fato em que se baseou a demanda;
- III – do domicílio do agressor <sup>164</sup>.

Assim, o Legislador estabeleceu o critério de determinação de competência que privilegia a vítima, uma vez que propicia a ofendida à possibilidade de escolher o lugar que melhor lhe aprouver. Tal prerrogativa constitui-se em mais uma discriminação positiva <sup>165</sup> que visa criar a igualdade material e efetiva entre a mulher-vítima e homem ou mulher que figure no pólo ativo, com vistas a que possíveis dificuldades de locomoção não impeçam que os objetivos desta Lei sejam alcançados, e, poderá propor a ação perante o Juizado do seu domicílio ou de sua residência, do lugar do fato em que se baseou a demanda, ou o domicílio do agressor.

O artigo 16 dispõe: “nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o Juiz, em

---

<sup>163</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 87.

<sup>164</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006, p. 5.

<sup>165</sup> As ações afirmativas ou discriminação positiva são medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea, com o propósito específico de eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história pela sociedade. Concernente às mulheres, visam ao empoderamento das mulheres e conseqüente diminuição das desigualdades sociais, políticas e da violência, bem como políticas públicas voltadas a concretização da igualdade material.

audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público<sup>166</sup>.”

Destaca-se o artigo 16, pela falta de clareza e impropriedade do Legislador, desta maneira, é arena de constantes discussões e interpretações, não se tem uma interpretação doutrinária predominante e tal dispositivo apresenta-se despido de base legal<sup>167</sup>.

Neste contexto, o artigo 16 não institui uma nova causa extintiva de punibilidade, apenas menciona a denominada “renúncia à representação”, além disso, atua como se fosse um instituto pré-estabelecido, conflita-se com a realidade do Ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o artigo 107, inciso V do CP, não prevê renúncia como causa extintiva de punibilidade nos casos ações penais públicas condicionadas, mas somente para os casos de ações penais privadas, desta feita, o magistrado não teria uma norma basilar para declarar a extinção da punibilidade do agressor<sup>168</sup>.

Neste sentido, o emprego do termo renúncia que significa desistência, recusa, abandono torna-se impropriamente empregado e não se trata de simples desistência, assim explica Cunha e Pinto:

Sabendo que renúncia significa abdicação do exercício de um direito, clara está a impropriedade terminológica utilizada pelo legislador, quando, na realidade, pretendeu se referir à retratação da representação, ato da vítima (ou de seu representante legal) reconsiderando o pedido-autorização antes externado (afinal, não se renuncia a direito já exercido)<sup>169</sup>.

No entanto, a partir da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, os artigos 25 do CPP e 102 do CP começaram a ter uma nova leitura, admitindo a renúncia nos casos de violência doméstica e familiar mesmo após a denúncia<sup>170</sup>.

Além disso, o artigo 16 da Lei 11.340, tem-se apresentado outra interpretação, comumente, denominada de pacificadora e restauradora das relações conjugais, vejamos:

<sup>166</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Atos2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006, 11 p.

<sup>167</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em: 15 de março de 2007.

<sup>168</sup> *Idem, ibid*, p. 3.

<sup>169</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.75.

<sup>170</sup> *Idem, ibid*, p. 75.

Nos casos de violência doméstica contra a mulher, derogado o artigo 25 do CPP, a fim de alongar o tempo para a retratação (jamais renúncia), teria o legislador criado uma nova formalidade processual antes do recebimento da denúncia, qual seja, a oitiva da vítima para que se manifeste quanto a eventual retratação da representação anteriormente ofertada. Já nas fases (pré-processuais), mantida estaria a sistemática tradicional da necessidade de satisfação da condição de procedibilidade tanto para a instauração do inquérito policial, quanto para o oferecimento da denúncia <sup>171</sup>.

Neste contexto, a retratação acontece anterior a oferta da peça acusatória, perante o Juiz, e, ouvido o Ministério Público, assim, poderão analisar se é uma ação volitiva ou viciada; considera-se um avanço do Legislador, pois, sob a égide do sistema anterior, a vítima freqüentemente renunciava quer sob a ameaça do agressor, quer sob promessas de mudanças de vida e de amor.

#### 5.2.4. Das Medidas Protetivas de Urgência

O capítulo II refere-se às medidas protetivas de urgência que favoreceu a mulher em situação de risco maior acesso à segurança e com celeridade, bem como dos seus familiares. Neste sentido, o artigo 18 da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 estabelece que:

Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I – conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II – determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- III – comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis <sup>172</sup>.

Desta maneira, decidir-se-á sobre as medidas protetivas de urgência mais adequadas à situação e em conformidade com o pedido, além do encaminhamento ao órgão de assistência judiciária e comunicação ao Ministério Público. Além disso, em conformidade com o caráter de urgência, podem ser concedidas de imediato, sem a realização de audiência inter partes e sem a manifestação do Ministério Público.

<sup>171</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em: 15 de março de 2007.

<sup>172</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

Contudo, as medidas protetivas de urgência poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, e nada impede sua substituição, uma vez que os direitos reconhecidos na Lei 11.340 de 2006 forem ameaçados ou viciados <sup>173</sup>.

As medidas protetivas de urgência abrangem o agressor e a mulher vítima de violência doméstica e familiar; destaca-se, assim, o cunho cautelar, educativo e socializador da Lei. Do mesmo modo, o artigo 22 desse diploma legal estabelece as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, nos seguintes termos:

- I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei 10.826, de 22.12.2003;
- II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:
  - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
  - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
  - c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios <sup>174</sup>.

Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, tais medidas protetivas de urgência. Da mesma forma, as medidas protetivas de urgência contemplam a ofendida, as quais poderão ser aplicadas pelo Juiz, sem prejuízo de outras medidas, consoante o artigo 23:

- Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:
  - I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;
  - II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
  - III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
  - IV – determinar a separação de corpos <sup>175</sup>.

<sup>173</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 190.

<sup>174</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>175</sup> *Idem*, 11p.



Todavia, Stela Cavalcanti afirma que o rol de tal dispositivo não é taxativo, e sim exemplificativo<sup>176</sup>. Ademais, no artigo estão previstas quatro distintas modalidades de medidas protetivas que a Lei 11.340/06 determina para garantir a efetivação dos seus objetivos, mormente, referente à integridade moral, a integridade física, a integridade psicológica e a integridade material da mulher vitimizada<sup>177</sup>.

### 5.2.5. Da Atuação do Ministério Público

Ademais, a Lei 11.340/06 trata da Atuação do Ministério Público nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Destaca-se que a importância do *parquet* foi abordada quando do encaminhamento do Projeto de Lei, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, à Presidência da República que asseverou: “o Ministério Público se afigura hoje como advogado dos interesses sociais, difusos e coletivos. É titular da ação que se fizer necessária para proteger o que é de todos, consoante o artigo 129 da Constituição Federal.”<sup>178</sup>

Neste sentido, o Ministério Público é o órgão fundamental para a garantia da ordem jurídica, do regime democrático, da moralidade pública e dos direitos sociais e individuais. Além de ser uma instituição independente, ou seja, autônoma em relação aos poderes – Executivo, Legislativo e Judicial, que figura como verdadeiro órgão extra poder<sup>179</sup>.

A Constituição Federal de 1988, determinante na proteção dos direitos humanos das mulheres, definiu no artigo 127 que o Ministério Público é:

Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis<sup>180</sup>.

<sup>176</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 192.

<sup>177</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p. 116.

<sup>178</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 106.

<sup>179</sup> SOUZA, *op. cit.* p.135.

<sup>180</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

O Capítulo III trata da Atuação do Ministério Público e compreende os artigos 25 e 26. Aquele estabelece a participação do Ministério Público nos casos de violência doméstica, nas causas cíveis e criminais, além de prever no artigo 26, para o Ministério Público, outras atribuições quando se fizerem necessárias, nestes termos:

Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher <sup>181</sup>.

Entretanto, tal dispositivo, para Sanches Cunha e Pinto, apresenta uma impropriedade, pois requisitar tem o sentido de ordenar, o qual, nessa hipótese, seria considerado nas situações seguintes: quando o Ministério Público requisita ao delegado de polícia a instauração de inquérito policial, artigo 5.º, II, do CPP; ou quando requisita informações de autoridades, consoante o artigo 26, I, b, da Lei 8.625/1993, além da requisição de força policial para fins de condução coercitiva, conforme artigo 26, I, alínea “a”, da Lei 8.625/1993. Desta maneira, torna-se difícil explicar os serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros <sup>182</sup>, conforme salientam Sanches Cunha e Pinto:

Pode até o *parquet*, em tese, ajuizar ação civil pública, a fim de compelir o Estado, por exemplo, a instalar os equipamentos sociais que a lei prevê, como centro de atendimento integral e multidisciplinar para as mulheres, casas-abrigos etc.(artigo 35 da Lei 11.340/06). Mas jamais ordenar ao poder público que adote tais medidas, sob pena de indevida ingerência na esfera do Poder Executivo, capaz de subverter todo o sistema no qual se funda o pacto federativo. Trata-se, portanto, de dispositivo que carece do mínimo rigor lógico e sistemático que se espera de uma lei, fadado, por isso mesmo, a não gerar qualquer consequência de ordem prática <sup>183</sup>.

Concernente ao cadastro, mesmo que tenha sido atribuída aos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança, a instituição de um sistema nacional de dados e informações estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, o Ministério Público manterá um cadastro similar. As secretarias estaduais de segurança pública devem remeter

<sup>181</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>182</sup>CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 108.

<sup>183</sup>*Idem, ibid*, p. 108.

informações para a base de dados do Ministério Público. Tal registro não se confunde com os antecedentes judiciais. Ainda que a operacionalização desta providência legal possa gerar mais trabalho, a medida é salutar. Trata-se de providência que visa a detectar a ocorrência de reincidência como meio de garantir a integridade da vítima. Também é atribuição do Ministério Público a defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na lei, artigo 37

184

Portanto, tais cadastros facilitarão a efetiva localização do agressor, também propiciará uma análise da forma de agir e originará sinais de alerta aos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança, ao sistema nacional de dados e informações estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e o Ministério Público que poderão realizar campanhas e medidas de prevenção a violência contra a mulher.

#### 5.2.6. Da Assistência Judiciária e da Equipe Multidisciplinar

O capítulo IV trata da assistência judiciária e é composto pelos artigos 27 e 28, os quais dispõem que em todos atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, exceto, nos casos das medidas protetivas de urgência que a própria vítima poderá requerer. Garante-se a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado<sup>185</sup>.

Nesse contexto, percebe-se mais um avanço da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 que determina a presença de advogado, no acompanhamento da mulher vitimizada em todos atos processuais, inclusive nas audiências criminais, sem prejuízo da presença do representante do Ministério Público<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> MARIA BERENICE DIAS *apud* CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 110.

<sup>185</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>186</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 110.

Anterior à Lei em estudo, não existia esta previsão, o que provocava grande prejuízo às mulheres em situação de violência doméstica e familiar que compareciam sozinhas, sem assistência jurídica e muitas vezes, até amedrontadas com a Autoridade Policial e com o Poder Judiciário; os agressores ao contrário, possuíam o respaldo legal <sup>187</sup>.

Assim, verifica-se a necessidade de que os servidores que trabalham no atendimento às mulheres vitimizadas tenham sensibilidade necessária para não agravar o estado de ânimo e a própria lesão psicológica ou moral proveniente da agressão sofrida, pois a mulher vítima não pode ser tratada como agressor.

O título IV, que versa sobre Da Equipe de Atendimento Multidisciplinar, é composto dos artigos 29, 30, 31 e 32, que estabelecem a necessidade de prestar atendimento multidisciplinar nas áreas de psicologia, assistência social, jurídica e de saúde às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Além disso, o atendimento multidisciplinar fornecerá subsídios ao magistrado, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, por meio de laudos ou verbalmente em audiências, a exemplo do Juizado da Infância e Adolescência e promoverá trabalhos de orientações, encaminhamentos, prevenção e outras medidas às mulheres, ao agressor e suas famílias.

Neste pensar, a equipe multidisciplinar apresenta-se como auxiliar na prestação jurisdicional, consoante a psicóloga Renata Mancini que relata:

[...] a audiência interdisciplinar constitui-se no momento de integração entre as contribuições do psicólogo e do assistente social no estágio formativo da convicção da autoridade judiciária. A audiência interdisciplinar representa, assim, o momento de união entre formas de conhecimento, com o objetivo único de colocar à disposição do Juiz dados revelados não apenas pela utilização da ciência psicológica e ciência social, mas sobretudo da integração destas visões, enquanto material informativo das decisões

<sup>188</sup>.

Ademais, a forma verbal “poderão” foi objeto de discussão no trâmite legislativo da Lei, pois, após a apresentação do Projeto de Lei 4.559/2004 pelo Executivo, foram realizados vários debates no Congresso Nacional; a deputada Jandira Feghali, na qualidade de

<sup>187</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da Lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p. 198.

<sup>188</sup> A psicóloga Renata Mancini, lembrada por Paulo Lúcio Nogueira, na obra de: CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 115.

componente da Comissão de Seguridade Social e Família, ofereceu um substitutivo ao texto original, no qual utilizava a expressão “deverá”, que obriga o Estado Brasileiro a efetivar as políticas públicas <sup>189</sup>.

Entretanto, em oposição, o deputado Antonio Carlos Biscaia, membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aduziu voto em separado e sugeriu a forma verbal “poderá”, que prevaleceu no texto final. O parlamentar entendeu que a forma impositiva proposta pela deputada tratava de indevida ingerência no Poder Judiciário, uma vez que causava a ruptura da clássica harmonia entre os poderes <sup>190</sup>.

Para Sérgio Ricardo de Souza, para a criação das Equipes Multidisciplinares deve haver interesse político do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nos seguintes termos:

A formação das equipes multidisciplinares importará em investimentos com a contratação de assistentes sociais, psicólogos e profissionais da área médica, sendo que a assistência jurídica pode ser dada pela Defensoria Pública. Além dos custos vinculados com os servidores, necessária se fará a criação de instalações físicas junto aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, devendo haver interesse político das cúpulas do Poder Judiciário e por parte das Chefias do Poder Executivo dos Estados, da União, do Distrito Federal, e dos membros dos Poderes Legislativos, para que alcance a inclusão dos recursos nos orçamentos respectivos <sup>191</sup>.

Portanto, a assistência e a equipe multidisciplinar é essencial para que a mulher vitimizada possa sair da relação violenta, pois devem fornecer ajuda para suprir as carências materiais imediatas, apoio psicológico e médico para que a mulher e sua família consigam constituir atitudes conscientes às suas vidas sem submissão a quaisquer violências.

#### 5.2.7. Das Disposições Transitórias

O Título VI trata das Disposições Transitórias e é composto pelo artigo 33, que dispõe:

Enquanto não estruturados os juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a

<sup>189</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.120.

<sup>190</sup> *Idem, ibid*, p.117.

<sup>191</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher – lei 11.340/06**: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.142.

mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela Legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no *caput* <sup>192</sup>.

No tocante à criação de Varas e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, essas devem ser prioridade para os Poderes constituídos do Estado, que deverão reunir esforços para a criação, pois a aplicabilidade da Lei 11.340/06 está atrelada aos Órgãos da Justiça, especializados no que se refere ao gênero; além de dispor de meios que protejam as vítimas, oferta-lhes o acesso aos serviços públicos, atendimento por equipe multidisciplinar e, mormente, com o escopo de resolver os conflitos de violência doméstica <sup>193</sup>.

Ademais, destaca-se o direito de preferência que visa efetivar a celeridade do processo e o julgamento da ação da pessoa que se apresenta como vítima – a mulher. Diante de tal situação, a prestação jurisdicional torna-se mais rápida e evita maiores sofrimentos psicológicos, também que ela desista da ação penal.

Portanto, as causas que compreendem a violência doméstica e familiar contra a mulher e que sejam objeto de julgamento perante uma Vara Criminal que possui competência transitória, deverão ter direito de preferência em relação às outras causas, resguardadas as peculiaridades das demais causas, mormente, as referentes a indiciados ou réus presos. Todavia, em igualdade de condições, deve-se respeitar a preferência prevista nesta Lei e observar com maior critério os casos que tenham a aplicação de medida protetiva de urgência <sup>194</sup>.

#### 5.2.8. Das Disposições Finais

O Título VII, Disposições finais, compreende dos artigos 34 *usque* 46. Neste, o legislador estabeleceu algumas políticas públicas a fim de propiciar a efetividade da Lei 11.340 de 2006, bem como a mudança de alguns dispositivos da Lei Penal, da Lei Processual

<sup>192</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>193</sup> CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p.198.

<sup>194</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.143.

Penal e da Lei de Execução Penal que visa coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Destaca-se o artigo 35 da Lei 11.340 de 2006, que estabelece a competência para criar e promover políticas públicas que propiciem o atendimento à mulher vitimizada e promova a educação e reabilitação do agressor, nestes termos:

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I – centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II – casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III – delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V – centros de educação e de reabilitação para os agressores <sup>195</sup>.

Neste dispositivo, o Estado Brasileiro obriga-se a implementar ações de desenvolvimento nos três âmbitos do poder político que compreendem a criação de mecanismos em defesa da mulher e a eliminação da violência doméstica e familiar contra a mulher. Todavia, o verbo **poderão** não trata de faculdade inserta pelo Legislador, mas sim, uma obrigação que em caso de inadimplemento é cabível uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, por Defensoria Pública ou por associação legitimada <sup>196</sup>.

Neste pensar, Cunha e Pinto afirmam que os mecanismos existentes no texto da Lei devem propiciar a efetiva aplicação, não se trata de mera faculdade concedida ao administrador, pois, tal imaginação converteria a lei em letra morta <sup>197</sup>.

Ademais, o artigo 35 da Lei Maria da Penha, contempla o artigo 226, § 8.º da Constituição Federal que reza:

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 8.º: O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. <sup>198</sup>

<sup>195</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>196</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.145.

<sup>197</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.121.

Desta feita, é pacífico que o artigo 35 tem por escopo a implementação de mecanismos para efetivar os direitos humanos das mulheres, ratificado pelo Estado brasileiro nos tratados e convenções internacionais.

O artigo 41 é considerado um dos mais relevantes pelos doutrinadores, o legislador preocupado com a banalização da violência de gênero preocupou-se para que a prodigiosa Lei fosse capaz de ofertar às mulheres vitimizadas pela violência doméstica respostas às mazelas sofridas. Ademais, prevê que não se aplica a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995, nos seguintes termos:

Aos **crimes** praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. (*grifou-se*)

Neste contexto, a nova Lei exclui os crimes dessa natureza do rol das denominadas infrações de menor potencial ofensivo que, estabelecida pelo legislador ordinário, determinou que:

Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 9.099/1995, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima **não** superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Diante da vedação da Lei 9.099 aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, Eduardo Cabette afirma que retornou a ação penal incondicionada, nestes dizeres:

A partir da vigência da Lei 11.340/06, retornou a ação penal a ser incondicionada, mesmo nos casos de lesões leves, desde que perpetradas no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher. Isso porque não é Código Penal que se vai encontrar o dispositivo que determina a ação penal pública condicionada para as lesões leves em geral, e sim no artigo 88 da Lei 9.099/1.995. O raciocínio é simples: se a Lei 9.099/1.995 não se aplica mais aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, inexistindo qualquer ressalva, conclui-se que não se aplica por inteiro, inclusive o seu artigo 88, de forma que no silêncio do Código Penal, reintegra-se a regência do artigo 100, CP, que impõe a ação penal pública incondicionada<sup>199</sup>.

Por outro lado, o insigne doutrinador Damásio de Jesus entende que, pela Lei 11.340/06, se trata de ação penal condicionada à representação, nestes dizeres:

<sup>198</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

<sup>199</sup> CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em: 15 de março de 2007.



A Lei 11.340/06 não pretendeu transformar em pública incondicionada a ação penal por crime de lesão corporal cometido contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, o que contraria a tendência brasileira da admissão de Direito Penal de Intervenção Mínima e dela retiraria meios de restaurar a paz no lar. Público e incondicionado o procedimento policial e o processo criminal, seu prosseguimento, no caso de a ofendida desejar extinguir os males de certas situações familiares, só viria piorar o ambiente doméstico, impedindo reconciliações<sup>200</sup>.

Contudo, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJ-DF, 1ª Turma Criminal, firmou entendimento fundamentado na Lei Maria da Penha que pode servir de paradigmas para os casos de violência doméstica contra a mulher. Em resposta ao recurso, interposto pelo Ministério Público, os desembargadores resolveram que a retirada da queixa por esposas e companheiras é insuficiente para justificar o arquivamento das ações. Além disso, os crimes de lesão corporal ocorridos no ambiente familiar são crimes de ação penal pública incondicionada, ou seja, iniciados mediante denúncia do Ministério Público<sup>201</sup>.

Diante de tal entendimento, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal reconheceu que o Estado brasileiro deve responsabilizar-se pela violência institucionalizada, que é a violência doméstica, intervindo e promovendo políticas públicas eficientes: há que se “meter a colher” para erradicar a violência doméstica contra a mulher.

Todavia, Cunha e Pinto afirmam que dentro do seio doméstico e familiar ocorrem algumas situações que configuram **meras contravenções penais**<sup>202</sup>, tais como: vias de fato, artigo 21 da LCP; perturbação do trabalho ou sossego alheio, artigo 42 da LCP; importunação ofensiva ao pudor, artigo 61 da LCP e perturbação da tranquilidade, artigo 65 da LCP; nestas situações, aplica-se a Lei 9.099/1995, bem como as medidas despenalizadoras. Ademais, destacam apenas as proibições empregadas no artigo 17 da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, que dispõe:<sup>203</sup>

É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa<sup>204</sup>.

<sup>200</sup> JESUS, Damásio. **A violência doméstica e familiar contra a mulher**. Revista Jurídica Consulex. Ano X, nº 237, 30 de novembro de 2006.

<sup>201</sup> TJ-DF, 1ª Turma Criminal, **Processo: 20060910173057**, rel. Des. Sérgio Bittencourt. Disponível em [www.tjdf.com.br](http://www.tjdf.com.br). Acesso em 26 de julho de 2007.

<sup>202</sup> Referente às contravenções penais inexistente diferença intrínseca, substancial, qualitativa, que as separa dos crimes ou delitos, sendo essa infração conhecida como crime-anão. À contravenção é cominada pena de prisão simples, e ou/multa ou apenas esta; conceito extraído de MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de direito penal**. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 135.

<sup>203</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p.126.

<sup>204</sup> LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

Ademais, a aplicação de penas consistentes em “cestas básicas”, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, sob a égide da Lei anterior, favoreceu, segundo as entidades de defesa dos direitos humanos, ao efetivo descumprimento ao artigo 7.º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção Belém do Pará, que disciplina:

Os Estados-parte condenam todas as formas de violência contra a mulher e concordam em adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas orientadas e prevenir, punir e erradicar a dita violência e empenhar-se em: abster-se de qualquer ação ou prática de violência contra a mulher e velar para que as autoridades, seus funcionários, pessoal e agentes e instituições públicas se comportem conforme esta obrigação; atuar com a devida diligência para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher<sup>205</sup>[...].

Nesta mesma perspectiva, o Estado brasileiro com os Juizados Especiais Criminais, desrespeita as relações sociais, e promoveu a banalização da violência doméstica contra a mulher, pois a prestação pecuniária nos conduz a concepção de que o dinheiro minimiza a violação das mulheres.

Além disso, o artigo 43 estabeleceu nova redação ao artigo 61, inciso II, do Código Penal, que trata das circunstâncias agravantes<sup>206</sup>, o qual passa a considerar também como assim sendo a infração cometida com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.

Igualmente, o artigo 44 alterou o artigo 129, § 9.º do Código Penal, que culminou em mais rigor na pena imposta, senão vejamos:

§ 9.º: Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem convivia ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:  
Pena: detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos<sup>207</sup>.

<sup>205</sup> SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher** – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais. Curitiba: Juruá, 2007, p.185.

<sup>206</sup> Agravantes são circunstâncias objetivas ou subjetivas que aderem ao delito sem modificar sua estrutura típica, influenciando apenas na qualificação da pena em face da particular culpabilidade do agente, devendo o juiz elevar a pena dentro do mínimo e do máximo, em abstrato, previsto em lei. NUCCI, Guilherme de Souza, citado por: CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica** – análise da lei “Maria da Penha”, n. 11.340/06. Salvador: Podivm, 2006, p.199.

<sup>207</sup> BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

O Parágrafo 9.º, ao estabelecer a pena de detenção de 3 (três) meses a 3 (três) anos, impediu a transação penal para o delito de violência doméstica contra a mulher, bem como a composição de danos ou suspensão condicional do processo, assim, apenas reiterou o estabelecido no artigo 41.

Porém, a qualificadora prevista no artigo 129, § 9.º, do Código Penal, tem sido objeto de exame e discussões, pois se questiona se o sujeito passivo trata somente da mulher, ou se pode compreender o homem.

No entanto, afirma-se que a melhor solução é a que analisa o texto de forma sistemática e global e, neste raciocínio, compreende que à lesão corporal leve, praticada contra a mulher em situação de violência doméstica e familiar, emprega-se o dispositivo, em oposição, quando o agredido é homem, o dispositivo não se aplica. Tal discussão tem grande relevância prática, uma vez que a lesão corporal leve praticada contra a mulher, nos termos da Lei 11.340/2006, não admite a transação penal, mas se o delito se volta contra um homem, ao autor seria mantida a pena máxima de um ano, consoante a Lei 10.885/2004<sup>208</sup>.

No sentido oposto, Cunha e Pinto afirmam que a qualificadora, bem como a pena imposta a ela, se aplica independentemente do sexo da vítima, não havendo quaisquer distinções<sup>209</sup>.

Em conformidade, Pedro Rui da Fontoura Porto ensina que a qualificadora deve ser empregada, independentemente do sexo da vítima, esclarecendo que a Lei refuga uma interpretação literal do dispositivo, sempre recomendado em termos de tipicidade penal. E também, a L 11.340/2006 é espécie da qual a Lei 10.886/2004 é gênero, pois aquela trata especificamente da violência contra a mulher e os meios para combatê-la, esta trata de outros tipos de violência doméstica contra criança e idosos, e subsiste íntegra em face do princípio da proibição de retrocesso social<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica** (lei Maria da Penha – lei 11.340/2006). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 104.

<sup>209</sup> *Idem*, *ibid*, p. 104.

<sup>210</sup> PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Anotações preliminares à Lei 11.340/2006 e suas repercussões em face dos Juizados Especiais Criminais**. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 15 de março de 2007.

Neste contexto inovador, a Lei Maria da Penha também acrescentou, ao artigo 152 da Lei de Execução Penal de 11 de julho de 1984, o parágrafo único que passa a vigorar com a seguinte redação: “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”<sup>211</sup>.

Desta maneira, o artigo 45 reafirma o cunho educativo da Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, o qual determina o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação que visa mudanças de comportamento efetivas, capaz de respeitar a negação da mulher ao papel de submissão, bem como propiciar ao homem que estabeleça e compreenda sociedades familiares mais igualitárias<sup>212</sup>.

Por essas mudanças, a Lei é de suma importância para o Brasil, e é recebida pelas mulheres com muita alegria e alívio, uma vez que se fundamenta em diretrizes mínimas para que se promova a prevenção e punição dos delitos de violência doméstica.

---

<sup>211</sup>Lei 11.340/2006. Disponível em [http:// www.planalto.gov..br/ccivil\\_03/\\_ Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm). Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

<sup>212</sup> Família parental ou igualitária é o espaço onde a autoridade pode ser mais equilibrada entre os cônjuges, dependendo das situações, ações ou questões particulares, conforme: LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**, 6ª edição. São Paulo: Atlas, 1996, p. 171.

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo da história das mulheres, estão presentes as evoluções sociais, a inserção no mercado de trabalho, as inovações tecnológicas, a descoberta da pílula anticoncepcional, dentre outras, bem como o avançar na política com a conquista do parlamento e do ensino formal. Contudo, ainda, há divergências e discriminações na relação entre os sexos.

Neste contexto, a violência contra a mulher é uma maneira silenciosa e camuflada de agressão vivenciada por milhares de mulheres em todo o país, atingindo-as independente de idade, cor, religião, nacionalidade, grau de escolaridade ou classe econômica. Além disso, a mulher é violada nas distintas formas de violência: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, que, frequentemente, são praticadas em concomitância.

Essas formas de violências empregadas no ambiente doméstico e familiar são consideradas cruéis e degradantes e rompem com o mito do lar seguro e da família afetuosa. A violência doméstica contra a mulher é praticada por aqueles que utilizam a confiança e afeto que estabeleceram com a vítima, geralmente, para oprimir, subjugar, dominar e muitas vezes eliminar, tais ações que caracterizam a negação do poder conquistado pela mulher.

Os agressores da mulher vitimizada pela violência doméstica são, geralmente, homens, maridos, ex-maridos, companheiros, ex-companheiros e namorados das vítimas; destaca-se que a violência doméstica que apresenta a mulher como sujeito ativo representa somente 1% dos casos registrados.

Assim, a violência é apresentada de forma constante, nos valores culturais e nos papéis incentivados e assimilados por homens e mulheres; aos homens, compreende o papel de macho provedor e que tem como atributos a agressividade, a força e o controle masculinos; à mulher, ensinam-lhe o papel de protetora, sentimental e submissa. Esses são reforçados pela

ideologia patriarcal que desencadeia no homem o fruto da superioridade e estabelecem as relações de dominador e dominada.

Desta maneira, a violência social, à qual a mulher é submetida, provocou uma reação do movimento feminista nacional e internacional que tiveram uma participação efetiva nas conquistas dos direitos das mulheres. Assim, desenvolveram campanhas educativas e esclarecedoras vinculadas na mídia, bem como externaram gritos de indignação e revolta, saindo para as ruas, com os versos: “Quem ama, não mata, não humilha, não maltrata!”. Além disso, durante o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, o movimento feminista trouxe reivindicações significativas para as mulheres que foram incorporadas à Constituição. Neste sentido, o Estado torna-se compelido a criar mecanismos para coibir a violência no âmbito da família, parágrafo 8.º, artigo 226, da CF. O planejamento familiar é direito do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para possibilitar o exercício desse direito, conforme se depreende do parágrafo 7.º, artigo 226, da CF, dentre outros.

Ademais, o Brasil se comprometeu, ao assinar tratados e convenções internacionais, a eliminar quaisquer formas de discriminação e violência doméstica contra a mulher, desenvolver políticas públicas ou ações afirmativas que promovam a igualdade entre os gêneros, além de buscar a transformação de valores culturais essencialmente separatistas.

Todavia, no ano de 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou pesquisa, na qual se projeta que 2,1 milhões de mulheres brasileiras são espancadas por ano, no âmbito público e privado; tal incidência de violência, afronta aos direitos humanos das mulheres, ofende ao princípio da dignidade humana e é uma transgressão aos tratados e convenções internacionais.

Neste contexto, coube ao Estado brasileiro “meter a colher” a fim de erradicar a violência doméstica contra a mulher, com o escopo de elaborar mecanismos de proteção à mulher mais eficientes, também para efetivar os preceitos constitucionais e ratificar os tratados e convenções internacionais. Após a mobilização dos parlamentares, da opinião pública e do movimento em defesa das mulheres, foi editada no Brasil a Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006.

A Lei 11.340/06, batizada de “Maria da Penha”, é considerada prodigiosa, detentora de mais rigor punitivo contra a violência doméstica contra a mulher e com caráter educativo e socializador. Neste sentido, estabelece medidas protetivas de urgência às mulheres vitimizadas e aos familiares, além de determinar que a vítima não pode ser portadora da notificação ao agressor, devendo ainda ser pessoalmente cientificada quando o agressor for preso ou liberado da prisão, o que lhe garante mais segurança e proteção. Assim, a título exemplificativo, no Município de Cacoal, RO, no período de outubro de 2006 a maio de 2007, foram instaurados 125 Inquéritos Policiais e solicitadas 122 medidas protetivas que, em grande número, são requisitadas pela ofendida, demonstrando que tais medidas estão sendo efetivadas e as mulheres são conhecedoras da norma.

Ademais, a referida Lei trata o agressor com mais rigor, com a majoração da pena de três meses a três anos, conforme seu artigo 44, que determinou nova redação ao art. 129, § 9.º, do Código Penal, merecendo destaque o estímulo à transformação do agente agressor, determinando sua participação em cursos de formação e reabilitação a fim de promover o desenvolvimento de novos papéis sociais que garantam o respeito e o convívio harmonioso entre os gêneros. Também, a Lei determinou a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, de competência cível e criminal, o que facilita a prestação jurisdicional mais célere e justa, uma vez que os casos de mesma natureza serão julgados pelo mesmo magistrado; do mesmo modo, essa Lei propõe o atendimento multidisciplinar às vítimas de violência doméstica para que no mínimo os efeitos de tal agressão sejam minimizados.

Portanto, com a Lei 11.340 de 2006, Maria da Penha, se tem um avanço da legislação brasileira, haja vista que ela é recente, inovadora e busca mudanças efetivas ao combate da violência doméstica contra a mulher; todavia, a implementação desse texto legal deve ser fruto de esforços conjuntos da sociedade e poder público no sentido de educar, prevenir e erradicar o fenômeno da violência de forma que homens e mulheres se respeitem e incentivem as diferenças, lutem para constituir igualdades e romper com anos de discriminação e violência.

## 7.REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rui.**Oração aos moços**. Disponível em [www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com). Acesso em 02 de maio de 2007.

BRASIL, **Constituição (1988)**.Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2006, 88 p.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Anotações críticas sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher**. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em 15 de março de 2007.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência doméstica – Análise da Lei “Maria da Penha”, nº 11.340/06**. Salvador: Podivm, 2006.

COTRIM, Gilberto. **História para o Ensino Médio - Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2002, p.434-435.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica (Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHII, Alice. **Aspectos criminais da lei de violência contra a mulher**. Disponível em: [www.jusnavigandi.com.br](http://www.jusnavigandi.com.br). Acesso em 15 de março de 2007.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** . Disponível em: [www.ibge.gov.org](http://www.ibge.gov.org) -home page , com dados e textos sobre a população.Acesso em 07 de julho de 2006.

JESUS, Damásio. **A Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Revista Jurídica Consulex. Ano X, nº 237, 30 de novembro de 2006.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos.(Org.).**Trabalhos acadêmicos: a facilidade em desenvolvê-los**.Rolim de Moura: D’press Editora&Gráfica Ltda-ME, 2007.



LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAFER, Celso. **Hannah Arendt** - pensamento, persuasão e poder. 2ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LEI 11.340/2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/Lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/11340.htm) Acesso em 01 de setembro de 2006.11p.

Lei vem para somar esforços. Jacira Melo em entrevista ao CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. Disponível em: <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=433>. Acesso em: 29 de setembro de 2006.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 8 ed. ver. atual e ampl. São Paulo: Editora Método, 2005, p. 471 - 476.

LOFY, Willian. **A ação afirmativa e o respeito aos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana**. Disponível em [www.direitonet.com.br](http://www.direitonet.com.br) .Acesso em 16 de julho de 2007

MELLO, Leonel Itaussu Almeida; COSTA, Luís César Amad. **História moderna e contemporânea**. São Paulo: Scipione, 1999.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de direito penal**.20 ed.São Paulo: Atlas, 2003, p. 135.

OLIVEIRA, Edmundo. **Vitimologia e direito penal**. o crime precipitado ou programado pela vítima. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**.(tradução Angela M. S. Correa). São Paulo: Contexto, 2007

PIOVESAN, Flávia. **A mulher e o debate sobre os direitos humanos no Brasil**. Revista Prática Jurídica . Ano V, nº 51, 30 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. PIOVESAN, Flávia; PIMENTEL, Silvia (coord). **CEDAW: Relatório nacional brasileiro**: Protocolo facultativo. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Anotações preliminares à lei 11.340/2006 e suas repercussões em face dos Juizados Especiais Criminais**. Disponível em <http://www.jusnavigandi.com.br>. Acesso em 15 de março de 2007.

Processo: **20060910173057 – TJ-DF**. Disponível em [www.tjdf.com.br](http://www.tjdf.com.br). Acesso em 26 de julho de 2007

RIZZATTO, Nunes. **O Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2007

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Dimensões da dignidade** - Ensaio de Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 13-43.

SÉGUIN, Elida (Org.). **O Direito da mulher.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher – Lei 11.340/06: comentários artigo por artigo, anotações, jurisprudência e tratados internacionais.** Curitiba: Juruá, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2003

\_\_\_\_\_. TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

Violência contra a Mulher. Disponível em: [www.boasaude.com](http://www.boasaude.com). Acesso em 02 de outubro de 2006.